

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Isabel Vanessa Robaert de Souza

**JUVENTUDE RURAL NA REGIÃO CELEIRO DO RIO GRANDE DO
SUL: MOTIVOS PARA FICAR, RAZÕES PARA VOLTAR**

Santa Maria, RS
2022

Isabel Vanessa Robaert de Souza

**JUVENTUDE RURAL NA REGIÃO CELEIRO DO RIO GRANDE DO SUL:
MOTIVOS PARA FICAR, RAZÕES PARA VOLTAR**

Relatório de Qualificação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Cesar de David

Santa Maria, RS
2023

De Souza, Isabel Vanessa Robaert

JUVENTUDE RURAL NA REGIÃO CELEIRO DO RIO GRANDE DOSUL:
MOTIVOS PARA FICAR, RAZÕES PARA VOLTAR / Isabel

Vanessa Robaert de Souza. - 2022.

86 p.; 30 cm

Orientador: CESAR DE DAVID

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de
Ciências Naturais e Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, RS, 2022

1. Juventude Rural 2. Geografia Rural 3. Região Celeiro 4.
Desenvolvimento Rural 5. Território I. DEDAVID, CESAR II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo
autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca
Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, ISABEL VANESSA DE SOUZA, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Isabel Vanessa Robaert de Souza

**JUVENTUDE RURAL NA REGIÃO CELEIRO DO RIO GRANDE DO SUL:
MOTIVOS PARA FICAR, RAZÕES PARA VOLTAR**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Geografia**.

Aprovada em 10 de fevereiro de 2023.

**César de David, professor doutor, UFSM
Presidente/Orientador**

Marcelo Cervo Chelotti, professor doutor, UFSM

Élida Pasini Tonetto, professora doutora, UFRGS

Tarcísio Stamborski, professor doutor, IFFAR

Santa Maria, RS
2023

“ Dedico esta pesquisa ao meu esposo Josiel e às minhas filhas princesas Sara e Manuela, que são minha maior alegria e companhia sempre. Como família, dividimos este tempo/espço chamado vida - aqui nesta terra, pela graça que nos concedeu nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo. ”

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, meu Senhor e Salvador Jesus Cristo, que até aqui me sustentou, a Ele a honra e a Glória desde sempre e eternamente, meu louvor e adoração. Gratidão por me ouvir, me amar, me escolher, me aconselhar, me corrigir e me honrar. É meu melhor amigo, está presente quando ninguém mais está, é eterno e imutável e eu confio nele a cada passo do caminho...

Obrigada Josi, Sara e Manu, é por vocês que eu luto e amo ao infinito e além... Nossa família é meu presente, amo nós, cada detalhezinho, cada obstáculo vencido, cada vitória e cada dificuldade. Obrigada Kelli, Rafael, Heitor e Pedro, pelo amor e a fé que compartilhamos, por valorizarem pequenos momentos e torná-los grandes em nossas lembranças.

Aos meus pais Valdoni e Liane Carmen, por seu amor pelos livros e pela música cristã, por ensinarem, na infância, o caminho a seguir. Pai; mãe e companheiro Dirlei (em pouco tempo nos conquistou). Aos meus sogros Airton e Odete (in memoriam), obrigada por acreditarem em mim e por orarem por este tempo do mestrado. Amo e agradeço a Deus por vocês para sempre.

Obrigada ao meu irmão Samuel e cunhada Damaris e aos fofinhos Julia e Gabriel, pelo incentivo e pelo interesse; o empurrão de vocês me fez decidir, fechar os olhos e ir com fé, alcançar o que parecia impossível! Às minhas irmãs Ana e Lídia e sobrinho Saulo, sempre prontos para ouvir. Ao Osiel e Marcia, Caleb e Lael, Edna por estarem presentes, mesmo longe.

Obrigada aos irmãos da minha Igreja Batista Esperança de Ijuí, que estiveram orando, aos queridos pastor Martin e esposa Suzy, pelas orações intercessoras, pelo interesse em ajudar. Palavras não conseguem definir minha gratidão. Às amigas Juli e Lu da IBPE, Paola vizinha querida e Cris do Xuxe, gratidão queridas amigas, os ouvidos ou abraços me fortaleceram...

À profe Hariet, pelo incentivo. Como foi importante ouvir palavras de ânimo! No início, meio e fim da caminhada, recebi teu apoio, com palavras sábias, conselhos e ajuda prática. A correção da escrita na finaleira encheu meu coração de gratidão!

À minha amiga irmã Marlene, esposo Beto e as princesas Milena e Mirela, obrigada pelo companheirismo sempre, nas horas boas e ruins, pela amizade, pelo compartilhar da vida em família, com suas aventuras e desafios, porque podemos crescer juntas neste caminho que as vezes é tão difícil. Amo vocês e sou grata a Deus por suas vidas.

À minha comadre querida Gian, pela dedicação na revisão do texto final. Pelo amor e pela amizade de sempre, obrigada, por sempre estar presente, mesmo distante, e valorizar os momentos que podemos ter, desde sempre... Você, Felipe, Arthur, Antônia e José moram em nossos corações, sou grata a Deus por vocês, porque mesmo a distância mantivemos a amizade.

Minha gratidão a você Élide, minha amiga e colega da graduação em Geografia, hoje professora na minha banca. Estou muito orgulhosa de você! Como é bom constatar que a amizade verdadeira não morre. As lembranças de momentos compartilhados aquecem o coração... você valorizou, qualificou minha pesquisa, lendo com tanto cuidado, amo você!

Sol, amiga e colega do mestrado, obrigada pelas conversas, pelo incentivo mútuo que compartilhamos, pelo acolhimento e hospitalidade em seu lar, junto com o esposo Didio e o filho André, em um tempo que eu precisava tanto de um descanso, o carinho de receber minha família me faz agradecer imensamente tua generosidade. Amo você!

Obrigada à UFSM e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia pela oferta do edital no período pandêmico. Se não fosse assim, com aulas no formato virtual, eu não teria tido essa oportunidade maravilhosa de seguir estudando este universo da ciência geográfica que eu amo, realizando assim um sonho!

Gratidão ao meu professor orientador Cesar de David, que tive o privilégio de conhecer. Obrigada pela compreensão sempre presente com minha rotina intensa no trabalho, por ter paciência nos encaminhamentos administrativos, e por dar o apoio necessário para que eu pudesse chegar até aqui, sempre me tranquilizando e incentivando.

Aos professores, grata! Preciso citar: Marli (alfabetizadora), Geni, Helena (in memoriam) - séries iniciais. Irineu, Roselei, Dulce, Nélis (ensino fundamental). Clarinda, Clair, Rosane, Marcon, Madalena, Lucia, Suzana, Rubia, Fernanda (Magistério). Lígia, Menegoto, Marcio, Sergio, Liane, Fabiane (Graduação), Marcelo, Carmem, Adriano, Cleder (Mestrado).

Obrigada à Emater/RS – Ascar, instituição em que trabalho há 21 anos, pelo desafio de desenvolver a ATERS com a Juventude Rural, e através do Curso, um laboratório de pesquisa. Aos colegas Aline, Altíssimo, Cleuza, Gilberto, João, Oldemar e Rejane; aos chefes Bergson, Fábio e Clarice: com o apoio e parceria de vocês foi possível chegar até aqui, muito obrigada.

Aos colegas: Ademir, Alexandre, Anelise, Ângela, Arnaldo, Bianca, Camila, Carina, Carlos T., Carlos W., Camila, Cristiano, Daniel, Diego, Dhonathã, Elisa, Érica, Estefânia, Fernando, Graciane, Istela, Janavio, José Rubens, Juliano, Kelvis, Laurice, Luciano, Mara, Mariane, Michele, Roseléia, Sandra: o trabalho de equipe se reflete aqui, muito obrigada.

Aos jovens rurais e suas famílias, que tão bem me receberam e/ou participaram de forma muito sincera: Anderson, Antony, Camile, Caroline, Daniel, Eduardo, Emilli, Fernanda, Franciele, Geovana, Gustavo, Gustavo P., João Pedro, Kaymi, Laércio Junior, Lucas C., Lucas F., Lucas L., Luis, Mateus A., Mateus R., Mateus V., Scheila, Shirley, minha gratidão pelo aprendizado junto a vocês e suas famílias, pelo acolhimento tão simpático e caloroso, por poder vivenciar um pouquinho (através de vocês) este tema tão importante.

“ Pois tu és a minha esperança, Senhor Deus, tu és a minha confiança desde a minha mocidade ” (Salmos 71:5).

RESUMO

JUVENTUDE RURAL NA REGIÃO CELEIRO DO RIO GRANDE DO SUL: MOTIVOS PARA FICAR, RAZÕES PARA VOLTAR

**Isabel Vanessa Robaert de Souza
Cesar de David**

Esta pesquisa iniciou empiricamente há cerca de 10 anos, através da atuação profissional na assistência técnica e extensão rural, na Emater/RS – Ascar do Rio Grande do Sul, e segue instigante em seu caminho de desvendar, enquanto tema de pesquisa, as razões de retorno e permanência dos jovens rurais ao campo, na região Celeiro do estado, mesmo seguindo o caminho contrário às estatísticas, que aponta cerca de 85% de urbanização no Brasil. Seguindo nesta justificativa, os jovens saem do campo por diversos motivos, entre eles a falta de renda, autonomia, participação na gestão da propriedade rural, problemas nos relacionamentos familiares, e as jovens mulheres são as que mais saem do campo. Enquanto objetivos do trabalho, a pesquisa aponta hipóteses semelhantes para o seu retorno e permanência, sendo a identificação com a atividade e o meio rural o principal motivo apontado pelos jovens para tal. O seu retorno e permanência, assim como a renda, ou remuneração, ficam evidentes em todas as entrevistas e observações também, o vínculo familiar e o modo de vida rural como as razões apontadas pelos jovens. O método de pesquisa utilizado foi a pesquisa qualitativa exploratória, através da pesquisa-ação participante. Foram realizadas revisões bibliográficas acerca dos temas da Juventude Rural, nas áreas das ciências humanas, agrárias e sociais, tendo em vista a amplitude do tema, bem como o território, a região, o desenvolvimento rural e as políticas públicas enquanto contribuintes para o processo de permanência do jovem no campo. Em todos os temas, foram pesquisadas as contribuições dos geógrafos com as questões propostas. Para o trabalho de campo, o Curso Empreendedorismo e Desenvolvimento para a Juventude Rural, realizado pelo Centro de Treinamento de Agricultores de Bom Progresso, da Emater/RS – Ascar da região intermediária de Ijuí, foi o laboratório de pesquisa, onde 24 jovens participaram, de 10 municípios. Buscou-se demonstrar a perspectiva dos jovens, sujeitos principais em foco, construindo análises e resultados da reflexão.

Palavras-chave: Juventude rural. Região Celeiro. Território. Desenvolvimento rural

ABSTRACT**RURAL YOUTH IN THE CELEIRO REGION OF RIO GRANDE DO SUL:
REASONS TO STAY, REASONS TO COME BACK****ISABEL VANESSA ROBAERT DE SOUZA
CESAR DE DAVID**

This research began empirically about 10 years ago, through professional work in technical assistance and rural extension, at Emater/RS – Ascar do Rio Grande do Sul, and continues to be instigating in its path of unveiling, as a research topic, the reasons for return and permanence of rural young people to the countryside, in the Celeiro region of the state, even following the path contrary to statistics, which point to around 85% of urbanization in Brazil. Following this justification, young people leave the countryside for various reasons, including lack of income, autonomy, participation in rural property management, problems in family relationships, and young women are the ones who leave the countryside the most. As objectives of the work, the research points to similar hypotheses for their return and permanence, with identification with the activity and the rural environment being the main reason given by young people for this. Their return and permanence, as well as their income or remuneration, are evident in all interviews and observations as well, the family bond and the rural way of life as the reasons given by young people. The research method used was exploratory qualitative research, through participant action research. Bibliographical reviews were carried out on the themes of Rural Youth, in the areas of human, agrarian and social sciences, in view of the scope of the theme, as well as the territory, region, rural development and public policies as contributors to the process of permanence of the youth in the field. In all themes, the contributions of geographers with the proposed questions were researched. For field work, the Entrepreneurship and Development Course for Rural Youth, carried out by the Training Center for Farmers of Bom Progresso, from Emater/RS – Ascar from the intermediate region of Ijuí, was the research laboratory, where 24 young people participated, from 10 municipalities. We sought to demonstrate the perspective of young people, the main subjects in focus, building analyzes and reflection results.

Keywords: Rural youth. Celeiro Region. Territory. Rural development.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Mapa da Regionalização dos Coredes no Rio Grande do Sul.....	29
FIGURA 2 - Mapa Mesorregiões geográficas do IBGE.....	30
FIGURA 3 - Mapa Regiões intermediárias geográficas do Rio Grande do Sul.....	31
FIGURA 4 - Mapa Região ou Corede Celeiro do Rio Grande do Sul.....	32
FIGURA 5 - Registro fotográfico da produção de soja na Região Celeiro, em Tiradentes do Sul/RS.....	36
FIGURAS 6 e 7 - Registro fotográfico do I Encontro Estadual da Juventude Rural, Caxias do Sul/RS	46

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Mapa metal – Abordagem metodológica.....	27
TABELA 2 - Representação dos motivos e características principais de saída dos jovens do campo entre os apontamentos dos pesquisadores estudados.....	42
TABELA 3 - Razões de retorno e permanência.....	64

LISTA DE SIGLAS

Emater/RS Extensão Rural	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e
Ascar	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
Coredes	Conselhos Regionais de Desenvolvimento
FEE	Fundação Econômica e Estatística do Rio Grande do Sul
Ibge	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Cetreb	Centro de Treinamento de Agricultores de Bom Progresso
Comim	Conselho de Missão
APP	Área de Preservação Permanente
Aters	Assistência Técnica e Extensão Rural e Social
Sema	Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul
Idese	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do Rio Grande do Sul
PIB	Produto Interno Bruto
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pnae	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PAA	Programa Aquisição de Alimentos
Pnater	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
PBF	Programa Bolsa Família
BPC	Benefício de Prestação Continuada
DAP/CAF	Declaração de aptidão ao Pronaf/Cadastro da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 MÉTODO DE PESQUISA.....	19
2.1 ABORDAGEM TEÓRICA E METODOLÓGICA, PESQUISA BIBLIOGRÁFICA, TRABALHO DE CAMPO, COLETA DE DADOS, UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA.....	19
2.2 RECORTE SOCIO ESPACIAL DA REGIÃO DE ESTUDO.....	27
3 A REGIÃO CELEIRO DO RIO GRANDE DO SUL.....	32
4 A JUVENTUDE RURAL E O TERRITÓRIO.....	37
5 DESENVOLVIMENTO RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	47
6 O QUE OS JOVENS DA REGIÃO CELEIRO COMUNICAM SOBRE SUA PERMANÊNCIA E RETORNO, OU IDA, AO RURAL.....	54
6.1 A PERSPECTIVA DOS SUJEITOS	54
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68
ANEXOS	74
ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	74
ANEXO B – ATIVIDADE LINHA DO TEMPO.....	75
ANEXO C – ATIVIDADE RESGATE DA HISTÓRIA	77
ANEXO D – ATIVIDADE ROTINA DIÁRIA	79
ANEXO E – PLANO DE TRABALHO DO CURSO EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO PARA A JUVENTUDE RURAL.....	80

1 INTRODUÇÃO

A reflexão acerca do tema Juventude Rural surgiu a partir da vivência profissional da autora com os jovens rurais, através da atuação enquanto extensionista rural social da Emater/RS – Ascar, no assessoramento em áreas temáticas (entre elas a Juventude Rural) em 44 municípios da região intermediária de Ijuí (IBGE, 2017), no Estado do Rio Grande do Sul, desde agosto de 2015. Por sua problemática ao longo de décadas e alcançando o período de tempo da atualidade, especialmente a partir do fenômeno do êxodo rural, das migrações campo/cidade e do surgimento das novas ruralidades, o tema faz efervescer pensamentos, questionamentos, angústias, experiências, instituições, sujeitos, imaginários, diálogos a partir da prática extensionista vivenciada, aliados as leituras bibliográficas, trabalhos de campo (empíricos), interpretação de dados estatísticos e publicações oficiais de órgãos públicos.

A análise crítica e reflexiva cuidadosa da leitura bibliográfica e dos relatos do trabalho de campo dão vida a essa pesquisa, que reflete a perspectiva de jovens rurais enquanto sujeitos e categoria social que está permanecendo ou retornando (seguindo o fluxo contrário das estatísticas), ou ainda, buscando migrar da cidade para o campo.

O objetivo desta pesquisa é identificar os motivos, ou razões, que estão levando jovens rurais a retornar ou permanecer no campo, na região Celeiro do Rio Grande do Sul. De forma mais específica, através da revisão bibliográfica e da pesquisa de campo, enfim a partir da pesquisa como um todo, identificar o cenário atual da juventude rural enquanto categoria analítica e sua inserção na agricultura familiar, no desenvolvimento rural e nas políticas públicas. Especialmente, pretende-se investigar as contribuições da ciência geográfica para estas questões, analisando o território e a formação socioespacial e histórica da região, das territorialidades e re-territorialização intrinsecamente construídas pelos jovens rurais e suas famílias, de forma a trazer evidências através destas experiências, na perspectiva dos sujeitos.

A abordagem metodológica demonstra o caminho percorrido na pesquisa, e as escolhas feitas, a exemplo do tema e o problema, que foram sendo construídos a partir da problemática da juventude rural na atualidade, que é o período temporal da pesquisa, embora com reflexões do contexto histórico em que os jovens estão inseridos e o conjunto da totalidade. Para Santos (2004, p. 55): “[...]o espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o

exercício das crenças, para o lazer e como condição de viver bem”. Neste sentido, o espaço geográfico e sua territorialidade intrínseca tem muito a dizer sobre o retorno e a permanência de jovens ao meio rural nesta e em muitas outras regiões do mundo, pois suas características e singularidades são o palco da humanidade, e as escolhas de vida são também reflexos das relações construídas pelas pessoas com os lugares, regiões e territórios, até mesmo com as paisagens.

Na sequência ocorreu a busca e seleção mais aprofundadas sobre os autores que compõem o arcabouço teórico-metodológico, na ciência geográfica, nas ciências humanas, sociais e agrárias. Conforme Escher (2001, p. 08): “A revisão da literatura inicia antes mesmo do tema estar bem definido e vai até quando o pesquisador se sentir familiarizado com os textos [...]”. O método geográfico crítico mostrou-se de acordo com as linhas de pesquisa dos autores estudados, definindo-se na sequência a pesquisa dialética qualitativa e exploratória, na abordagem metodológica, pois:

[...] a pesquisa qualitativa tem como identidade o reconhecimento da existência de uma relação dinâmica do mundo real e o sujeito, de uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto e de uma postura interpretativa, constituindo-se como um campo de atividade que possui conflitos e tensões internas. (RAMIRES; PESSÔA, 2013, p. 25).

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram utilizadas inúmeras técnicas, com múltiplas fontes de informação, tendo em vista proporcionar uma interpretação mais aprofundada da realidade, confrontando com o referencial teórico. O levantamento bibliográfico e documental fundamentou a pesquisa em sua totalidade. O trabalho de campo, através da pesquisa-ação, com as anotações do diário de campo, bem como a observação participante e os registros fotográficos, foram essenciais para a aproximação com a realidade estudada. Os relatos descritivos, resultaram em elementos essenciais para a exposição das ações cotidianas, mostrando dificuldades e potencialidades. Algumas questões também foram enviadas e respondidas via WhatsApp, permitindo respostas em áudio ou mensagem de texto, utilizando-se como uma validação dos resultados da pesquisa.

O recorte espacial, sua conceituação e resgate histórico do processo de formação do território, bem como sua representação espacial, são importantes para o entendimento da pesquisa, e trazem luz sobre o tema juventude rural na região Celeiro do Rio Grande do Sul e suas particularidades, para a interpretação da realidade destes sujeitos, e os motivos de retorno e permanência no meio rural, bem como a migração cidade-campo, destes jovens.

Segundo Miranda (2014, p.29): “ Uma das grandes polêmicas do espaço rural, na contemporaneidade, é a participação dos jovens nas dinâmicas migratórias, no sentido campo/cidade, interrompendo, desta forma, a reprodução social na agricultura familiar. ” Pesquisadores têm se debruçado sobre esta questão, apresentando alguns apontamentos quanto aos motivos de saída dos jovens do campo. Entre eles, destaca-se: Elisa Guaraná Castro (2005), em sua tese: “Entre ficar e sair, uma etnografia da construção social da categoria jovem”. Nilson Weisheimer (2009), realizou um estudo premiado pelo Capes Teses 2010, com o trabalho “A situação juvenil da agricultura familiar”, onde se destaca a questão da invisibilidade dos jovens rurais. César de David (2005), com a tese “Estratégias de reprodução familiar em assentamentos: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural em Canguçu – RS”, reflete que “Neste quadro de crise no espaço rural, os assentamentos constituem uma experiência de êxito, apesar das dificuldades [...]”. David (2005, p. 204) ainda conclui:

“Os assentamentos implantados no município de Canguçu tem dinamizado a economia local e regional. A agricultura familiar tem gerado uma diversificação de atividades produtivas, agrícola e não-agrícolas, promovendo a geração de renda e a melhoria das condições de vida [...]”.

Savian (2011), em sua dissertação, aponta a renda (ou falta dela), como hipótese da pesquisa “A sucessão geracional na agricultura familiar de Ponte Alta – SC”. Entretanto, Silva (2014, p.29) reflete: “É importante destacar que as causas da migração campo-cidade transcendem às questões objetivas de trabalho e renda, envolvendo outros determinantes como problemas de relações de gênero e geração, falta de autonomia dos jovens e pouca participação na gestão da propriedade.”.

Os conceitos de agricultura familiar, desenvolvimento rural e políticas públicas serão abordados a partir dos estudos de Sérgio Schneider (2004, 2015), Catia Grisa (2015), Décio Cotrim (2007), Hughes Lamarche (1998), Rubens Altmann (2000), Amartya Sen (1999), Claudio Ribeiro (2005), Cesar de David (2005), Marcelo Chelotti (2009), ente outros.

Tendo em vista muitos autores abordarem os motivos de saída dos jovens do campo, e em aspectos mais globais o modelo econômico e seus desdobramentos históricos na formação e reconfiguração do espaço agrário, as razões da migração dos jovens do campo para áreas urbanas, apresentaram-se hipóteses de pesquisa que se referem a investigação dos caminhos percorridos pelos jovens para o retorno ou a permanência destes no meio rural, inseridos na agricultura familiar. Quais aspectos subjetivos e objetivos fazem parte desta construção? Diante disso, é necessário identificar: quem são estes (sujeitos) jovens? O que eles esperam do futuro?

Como sujeitos, qual sua atuação para a reprodução social da agricultura familiar? Como eles se enxergam neste processo? Que fatores mais contribuem para a sua permanência (ou não) no meio rural? Quais as maiores dificuldades? São muitas perguntas, as quais foram organizadas metodologicamente, buscando entender o processo de sucessão rural e conseqüentemente a reprodução social da agricultura familiar que está acontecendo, sendo também manifestações do pertencimento e da identidade rural, que caracterizam a territorialidade no espaço geográfico. Ainda que de forma incipiente diante dos dados estatísticos, estes sujeitos e suas estratégias de resistência podem ser uma inspiração para outros jovens, para instituições e pesquisadores.

2 MÉTODO DE PESQUISA

Este capítulo está dividido em duas partes, onde inicialmente serão desenvolvidos a abordagem teórica e metodológica, a pesquisa bibliográfica, o trabalho de campo, coleta de dados, o universo e amostra da pesquisa e a análise dos dados da pesquisa. Em sua segunda parte, é apresentado o recorte espacial da pesquisa, a região celeiro do Rio Grande do Sul, trazendo também contribuições acerca de outros formatos de regionalização presentes que abrangem a região, sendo que esta escolha buscou facilitar o entendimento acerca da realidade observada.

2.1 ABORDAGEM TEÓRICA E METODOLÓGICA, PESQUISA BIBLIOGRÁFICA, TRABALHO DE CAMPO, COLETA DE DADOS, UNIVERSO E AMOSTRA, ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Esta pesquisa iniciou empiricamente há muitos anos (2015), no formato de observação (e inserção/participação) da realidade de jovens rurais na região intermediária de Ijuí (IBGE, 2017) do Rio Grande do Sul, e vem sendo desenvolvida a partir das situações vivenciadas e problematizadas, bem como da observação atenta dos sujeitos da pesquisa, os jovens rurais. As perguntas e as dúvidas foram imprescindíveis para se chegar ao momento de analisar a problemática dentro da ciência geográfica. George (1972, p. 07) descreve o que permanece tão atual:

Apresenta-se ela como uma ciência que mobiliza o conhecimento dos métodos e dos resultados de um bom número de ciências associadas, pretende ser uma modalidade de expressão de valores que se aplicam de maneira contínua ao conjunto do espaço terrestre, a variabilidade de suas orientações faz com que ela surja como uma ciência extremamente sensível à conjuntura, correspondendo a uma necessidade de conhecimentos globais, inerente a preocupações de ordem utilitárias e circunstanciais. Paradoxalmente, este aspecto subjetivo e conjuntural é que constitui a melhor garantia para a preservação da unidade da geografia.

Para tanto, foi percorrido um caminho para o desenvolvimento e estruturação da pesquisa, feito através das escolhas da pesquisadora, que não permaneceram estanques, mas foram sendo moldadas pela reflexão e ação contínuas. Segundo Chelotti (2009, p.35):

[...] o rigor científico não pode ser confundido como uma verdade absoluta, estanque ou definitiva, pois sua produção está sujeita a determinadas escolhas teóricas e filosóficas que o pesquisador poderá fazer. Com isso, o mesmo objeto pesquisado pode despertar e produzir diferentes interpretações analíticas.

Inicialmente foi definido o problema de pesquisa, a partir das vivências de extensão rural regional e observação da realidade da juventude rural, principalmente por se constituir um grande desafio profissional. Tendo em vista muitos autores se debruçarem sobre a participação dos jovens nas dinâmicas migratórias campo/cidade, busca-se nesta pesquisa percorrer o caminho contrário, e/ou diferente: Quais os motivos de retorno e permanência de jovens no meio rural? Para isso, depara-se com as demais questões, presentes na leitura bibliográfica, que também são hipóteses da pesquisa: Os critérios de trabalho, renda, propriedade (objetivos), e os critérios das relações familiares, da autonomia, da participação na gestão da propriedade, da identidade rural, do pertencimento, do acesso as políticas públicas, da participação na comunidade local (subjetivos) seriam essenciais para a sucessão rural e/ou geracional na agricultura familiar, e de que forma pode ser construída a contribuição da ciência geográfica e dos geógrafos nesta discussão?

Em seguida, buscou-se na revisão da bibliografia traçar um mapa mental da argumentação teórica e metodológica convergentes as questões propostas. Neste momento, pontuou-se autores estudados nas disciplinas do mestrado, que foram essenciais, assim como os demais autores em foco, para fazer as conexões e construções necessárias para a produção textual. Enquanto experiência de vida, profissional e de especialização, a atuação na assistência técnica e social na extensão rural do Rio Grande do Sul proporcionou a familiarização com estudiosos dos conceitos de agricultura familiar, desenvolvimento rural e políticas públicas, bem como as instituições e publicações/ produções científicas de pesquisa estatística oficial do estado do Rio Grande do Sul. Conforme Miranda (2014, p.10), ao escrever sobre o trabalho dos extensionistas sociais rurais:

Para o acompanhamento da efetividade da atuação, é prudente ter como referência alguns indicadores significativos (sociais, culturais, econômicos, epidemiológicos, ambientais) para fazer o monitoramento, bem como incluir as seguintes estratégias de trabalho à rotina: [...] identificar, conhecer, estudar e interagir com publicações atualizadas de órgãos de pesquisa que trabalhem com as temáticas elencadas como, por exemplo, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a

Fundação de Economia e Estatística (FEE), o censo agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) [...] procurando sempre, quando os dados estiverem disponíveis, delimitar o universo em que se atua.

Enquanto geógrafa de formação, a autora possui o conhecimento prévio das correntes de pensamento geográfico e seus paradigmas, embora as disciplinas do mestrado reavivaram os conceitos e também trouxeram novas contribuições teórico-metodológicas. Os geógrafos que embasaram esta pesquisa e que contribuem para o arcabouço teórico estrutural, abordam a corrente de pensamento da geografia crítica, macro e micro estrutural. Com isto, foram pesquisados autores mundialmente conceituados. Entretanto a maior ênfase foi dada a pesquisadores e estudiosos que trazem um olhar mais regionalizado ou mesmo localizado em apenas um município, nas diferentes regiões brasileiras, em suas pesquisas e publicações. São eles: Milton Santos (1999), Rogério Haesbaert (2021), Cesar de David (2005), Marcelo Chelotti (2009), Moisés Savian (2011), Luciana Feitosa e Pablo Aranha (2020), Lucia Cavalieri (2010), Vera Lúcia Salazar Pêsoa (2016), Adriano Figueiró (2017), Mateus Pesseti (2020), Ligian Gomes (2020), Ana Bertê (2016), Bruno Lemos (2016), Marco Zanella (2016), Suzana de Oliveira (2016), Grazieli Testa (2016), Ângelo Serpa (2006), Pierre George (1972), entre outros.

Na sequência, definiu-se a abordagem da pesquisa qualitativa, pois tem maior proximidade com o objeto e cenário da pesquisa, respondendo melhor aos seus objetivos. Quanto a abordagem qualitativa, ocorrem contribuições em suas raízes, no âmbito da antropologia e do método etnográfico (PESSÔA; RAMIRES, 2016), estando muito presentes na bibliografia estudada previamente, constituindo o estudo inicial. Pessôa e Ramires (1993, apud MINAYO; SANCHEZ, p. 05) confirmam “[...] que não há um método melhor do que outro, desde que a escolha promova a possibilidade de explicar seu objeto de estudo de forma melhor, [...] aproximando-se o mais possível da realidade.”. Os autores enfatizam as complementaridades das abordagens qualitativas e quantitativas:

Execução paralela da investigação quantitativa e qualitativa, com o propósito de captar diferentes dimensões da realidade numa investigação em que se presume clareza na teoria e na mensuração das variáveis a serem estudadas; ambos os enfoques têm metas a alcançar com suas estratégias singulares, não existindo uma prioridade temporal ou conceitual entre eles. Ambas as técnicas se alternam para avançar no crescimento, procurando recuperar as virtudes de cada uma no sentido de potencializá-las num avanço contínuo em espiral de complexidade do processo de investigação e conhecimento. (PESSÔA; RAMIRES, 2016, p. 05).

O enfoque qualitativo esteve presente no roteiro da pesquisa, privilegiou a perspectiva dos sujeitos, foram realizadas descrições através do diário de campo no trabalho *in loco*. Para

Serpa (2006, p. 10), o trabalho de campo é peça fundamental para superação das ambiguidades, dicotomias da ciência geográfica. No trabalho de campo supera-se as análises físicas ou humanas, devendo-se analisar o todo, pois: “O trabalho de campo deve se basear na totalidade do espaço, sem esquecer os arranjos específicos que tornam cada lugar, cidade, bairro ou região, uma articulação particular de fatores físicos e humanos em um mundo fragmentado, porém (cada vez mais) articulado.”.

As descrições foram muitas vezes subjetivas, resultado do contato direto com a situação estudada, preocupando-se em retratar a forma que os participantes da pesquisa se enxergam em sua realidade de vida. “Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar” (MARCONI; LAKATOS, 2004, p. 275). Como os jovens estão inseridos nas atividades cotidianas de extensão rural da pesquisadora, as entrevistas seguiram um roteiro de perguntas anotadas através do diário de campo, sendo conversas informais, um bate-papo entre a pesquisadora e os jovens rurais, acompanhada dos extensionistas rurais dos municípios em que ocorreu a pesquisa.

Tendo esta pesquisa se desenvolvido enquanto pesquisa-ação, corrobora-se a definição de Tiollent (1985, p. 14):

[...] um tipo de pesquisa com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

A pesquisa-ação ocorreu durante as duas ofertas de capacitação promovidas pela Emater/RS –Ascar, por meio do Centro de Treinamento de Agricultores de Bom Progresso/RS, dos cursos de “Empreendedorismo e desenvolvimento para a Juventude Rural”, havendo encontro com os jovens nestes momentos e a observação participante sempre intensa, enquanto coordenadora do curso e organizadora participante de todos os módulos, encontros, dias de campo, excursões técnicas que fizeram parte da carga horária do curso.

O primeiro curso/turma iniciou em 12 de agosto de 2021, no Dia Internacional da Juventude, ocorrendo em formato híbrido, finalizando em 26/01/2022. No total foram realizados 9 encontros. Houve um dia de campo presencial no município de Bom Progresso, uma excursão técnica e o encerramento ocorreu no formato presencial no município de Humaitá.

Os demais encontros foram virtuais, com os jovens se reunindo juntamente com os extensionistas rurais e instituições parceiras em um único local em seus municípios, que eram

Bom Progresso, Crissiumal, Esperança do Sul (em poucos encontros), Humaitá, São Martinho, Sede Nova, Tiradentes do Sul, Três Passos. Havia cuidados de distanciamento e uso de máscara e álcool gel, pois ainda se vivenciava o período pandêmico. A interlocução se dava com os organizadores e instrutores do curso, com sede no Escritório Regional da Emater/RS – Ascar de Ijuí, através da ferramenta virtual Google Meet, pois o Centro de Treinamento esteve fechado durante a pandemia.

O segundo curso/turma ocorreu de 16 e 17 de agosto de 2022, quando foi iniciado, contando com encontros presenciais de dois dias em cada módulo, sendo encerrado no dia 02 de dezembro de 2022, no município de Esperança do Sul, com a realização de uma atividade recreativa, a Gincana Jovem Rural. Participaram jovens dos municípios de Chiapetta, Miraguaí, Santo Augusto, São Valério do Sul e Tenente Portela.

Neste segundo curso, houveram várias visitas técnicas, intercalando em todos os módulos o conhecimento da realidade das propriedades rurais da região com o conhecimento teórico sobre a gestão destas atividades, buscando assim na pedagogia da alternância a proposta pedagógica de construção de conhecimentos para a juventude que busca a sucessão rural ou a construção de uma história de vida na atividade e no meio rural. Neste sentido, Freire (1985, p. 35) destaca:

[...]a realidade se dá a mim não como algo parado, imobilizado, posto aí, mas na relação dinâmica entre objetividade e subjetividade, não posso reduzir os grupos populares a meros objetos de minha pesquisa. Simplesmente, não posso conhecer a realidade de que participam a não ser com eles como sujeitos também deste conhecimento que, sendo para eles um conhecimento anterior (o que se dá ao nível da sua experiência cotidiana) se torna um novo conhecimento.

A culminância da formação aconteceu, como no primeiro curso, com a construção de projetos produtivos pelos jovens, para serem desenvolvidos em suas propriedades rurais em conjunto ou com apoio de sua família. Segundo Weisheimer (2019, p.14):

O Projeto Profissional é o projeto de inserção socioprofissional em médio prazo. Reflete as imagens profissionais que os jovens agricultores reservam para si, os tipos de grupos profissionais e respectivos recursos a que aspiram. Os projetos profissionais permitem a objetivação das representações dos jovens sobre suas possibilidades futuras de permanência ou saída da atividade agrícola. Ou seja, é a expressão de um esforço de reflexividade dos jovens em estabelecer objetivos de inserção no mundo do trabalho.

O curso contou com 5 (cinco) módulos de dois dias cada, sendo os jovens também assessorados pelos extensionistas rurais nos municípios de residência, resultando na carga horária de 160 horas/aula.

Durante a realização do segundo curso foi realizado o Encontro Estadual da Juventude Rural, promovido pela Emater/RS – Ascar e outras instituições, na cidade de Caxias do Sul, nos dias 09 e 10 de setembro de 2022, reunindo mais de 500 jovens de todo o estado. Dentre estes, 300 foram participantes dos cursos de Empreendedorismo e Desenvolvimento para a Juventude Rural das diferentes regiões do estado, sendo que da região de estudo participaram 28 jovens (dos dois cursos), e a pesquisa-ação seguiu se desenvolvendo neste momento também.

No encontro estadual, foi realizada uma atividade denominada “Roda de Conversa”, onde os jovens, através de trabalho de grupo orientado pelos extensionistas rurais, responderam a questões que são convergentes a esta pesquisa, sendo autorizada a divulgação e análise nesta pesquisa.

Segundo o plano de trabalho do Curso Empreendedorismo e Desenvolvimento para a Juventude Rural da Emater/RS – Ascar (2022):

O Curso Empreendedorismo e Desenvolvimento para a Juventude Rural busca contribuir na construção de possibilidades de permanência dos jovens no meio rural para serem protagonistas e empreendedores do processo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental, reforçando perspectivas de sucessão rural.

No ano de 2020 ocorreu o primeiro curso no Centro de Treinamento da Emater/RS – Ascar de Canguçu (Região de Pelotas), seguido dos centros de Montenegro (Região de Porto Alegre), região de Erechim, Nova Petrópolis (Região de Caxias do Sul) e Bom Progresso (Região de Ijuí), em 2021, iniciando ainda no período pandêmico. Também houve modalidade virtual na região de Passo Fundo e está em processo de planejamento um curso na região de Bagé. Percebe-se o crescimento deste movimento, iniciado na região de Pelotas no ano anterior ao período pandêmico e avançando para muitas regiões do estado. Além disto, o mesmo curso (ou semelhante) também é realizado em outros estados, por instituições de ATERS, a exemplo da Epagri/SC.

Essa capacitação é uma nova oferta de prestação de serviço da instituição ao seu público assistido, a agricultura familiar, os assentados da reforma agrária e os povos tradicionais, originada do planejamento institucional, pela constatação a partir da reflexão-ação, por seus gestores e técnicos, da necessidade de atender a juventude rural de forma diferenciada, criando

um espaço de diálogo e construção de saberes. Desta forma, há uma construção de vínculos entre extensionistas e jovens rurais, aumentando sua visibilidade no cenário rural e a continuidade e frequência do atendimento/assessoramento técnico da ATERS para os jovens no campo, diminuindo ações pontuais e eventuais da Emater/RS – Ascar com a juventude rural.

A escolha dos jovens participantes da pesquisa se deu na percepção da pesquisa-ação quanto a tomada de decisão destes jovens para a permanência na agricultura familiar, do retorno ou mesmo da escolha pelo caminho inverso, ou seja: da cidade para o campo, pois este é o tema da pesquisa, sua razão de existir. Desta forma, nem todos os jovens que participaram do curso (no total eram 42 jovens), realmente demonstraram que pretendem permanecer na agricultura, no decorrer do curso, sendo selecionados aqueles que manifestaram durante as atividades do curso esta intenção, ou já a estão realizando, ainda que com suas dificuldades e particularidades.

Quanto aos 24 jovens que responderam pesquisa, eles residem nos seguintes municípios: Bom Progresso (03 jovens), Coronel Bicaco (01 jovem – este jovem foi convidado a participar em dois momentos, não era participante do curso, e sim compartilhava sua experiência junto com sua família), Crissiumal (03 jovens), Chiapetta (03 jovens), Humaitá (01 jovem), Miraguaí (03 jovens), Santo Augusto (03 jovens), São Martinho (01 jovem), São Valério do Sul (01 jovem), Tiradentes do Sul (01 jovem), Tenente Portela (02 jovens) e Três Passos (02 jovens), todos inseridos na região Celeiro.

A faixa etária dos jovens participantes da pesquisa esteve entre 14 e 29 anos, sendo 09 jovens mulheres e 15 jovens homens, estudantes do ensino fundamental, médio, ensino técnico, ensino superior e 03 jovens mulheres graduadas em agronomia e gestão ambiental. Dentre os jovens, 11 foram participantes do primeiro curso e 13 jovens participaram do segundo.

A pesquisa-ação permitiu acompanhar estes jovens nestes módulos do curso, e também realizar visitas em suas propriedades, portanto ir observando e construindo elementos para esta discussão. A percepção dos jovens sobre os motivos de retorno, permanência e fluxo contrário se evidencia de forma bastante simples e franca nesta pesquisa.

Foram realizadas 9 (nove) visitas em propriedades rurais, com a participação de 11 (onze) jovens e 6 (seis) extensionistas rurais nos municípios de Bom Progresso, Coronel Bicaco, Crissiumal, Santo Augusto e São Valério do Sul. Em algumas visitas, os pais ou familiares também estiveram presentes, ouvindo e participando do momento da entrevista, assim como os extensionistas rurais.

De acordo com Marconi e Lakatos (1999, p. 94), a entrevista é um encontro entre duas pessoas, no qual uma delas pode obter informações em relação a um determinado assunto.

Trata-se de um método usado na investigação social, para a coleta de dados ou para auxiliar no diagnóstico de um determinado assunto ou problema.

Nas entrevistas, estiveram presentes questões relativas às características dos jovens rurais, das propriedades rurais e agricultura familiar, traçando um perfil, onde estiveram presentes questões subjetivas e objetivas, como o tamanho das propriedades, atividades agropecuárias desenvolvidas pela família, idade, sexo, questões culturais, envolvimento da família com a comunidade local, nível de escolarização, presença de atividade não agrícola ou renda não agrícola, acesso aos mercados e políticas públicas, grau de mecanização e tecnologias na propriedade, renda, lazer, acesso a informática, meios de transporte, distância da propriedade até o centro urbano mais próximo, identificação do jovem com a atividade agropecuária, relacionamento familiar, composição familiar.

Entretanto, as entrevistas ocorreram principalmente nas visitas às propriedades, e em forma de conversa e anotação no diário de campo, sendo que a maioria dos dados foi coletada a partir das atividades realizadas durante o Curso Empreendedorismo e Desenvolvimento para a Juventude Rural.

As atividades que permitiram coleta de dados foram relacionadas às ferramentas para construção de diagnóstico das propriedades rurais em que os jovens estão inseridos, bem como os Projetos Produtivos. Ali foi possível perceber as diferentes realidades presentes, desde jovens urbanos, empregados rurais, agricultores, estudantes, entre outros, assim como a percepção das diferentes realidades socioeconômicas, de escolaridade e mesmo da idade que estavam presentes entre os jovens.

Segundo Pessôa e Ramires (2016; 2008, apud PIRES, p. 157), “é próprio da pesquisa qualitativa ser flexível, ter formas muito diversificadas e comportar, então, diferentes adaptações da amostra. Além disso, a pesquisa pode se modificar à medida que se desenvolve [...]”.

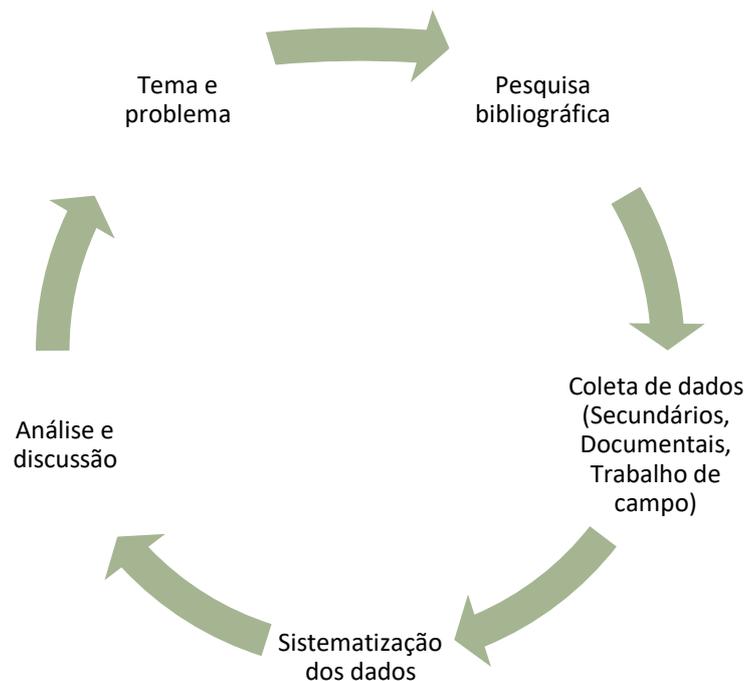
Nesta perspectiva, a escolha e definição quanto ao universo da amostra, os jovens rurais, foi sendo definida ao longo do trabalho de campo, embora a ideia inicial era realizar a pesquisa com cerca de 30 jovens rurais com idades entre 14 e 29 anos, que residissem na região do recorte espacial da pesquisa.

A proposta inicial foi parcialmente alcançada, pois participaram da pesquisa 24 jovens, entre 14 e 29 anos, residentes na região de estudo e vivenciando diferentes realidades, que serão exploradas nos resultados da pesquisa, demonstrando a diversidade presente e a presença das “*ruralidades*” (CARNEIRO, 1998), que não é percebida se o foco do pesquisador não estiver bem ajustado.

A análise dos dados foi realizada após a finalização do segundo curso de Empreendedorismo e Desenvolvimento para a Juventude Rural, analisando-se todas as atividades que foram essenciais para a coleta dos dados, e passando-se a escrever sobre esses dados, refletindo constantemente a partir das vivências, e até mesmo de observações, palavras que não precisaram ser ditas para a compreensão da realidade em que estão inseridos os jovens rurais. Algumas palavras foram extremamente bem frisadas pelos jovens. Algumas jovens fizeram questão de enviar mensagem repetindo e confirmando o que haviam falado nas entrevistas, o que demonstrou sua convicção em sua escolha/projeto de vida., profissão, a territorialidade construída a partir das questões que serão discutidas na análise dos dados.

Abaixo, uma imagem ilustrativa com um mapa mental sobre o caminho metodológico escolhido:

TABELA 1 – Mapa mental – Abordagem metodológica



Fonte: Autora, 2022.

2.2 RECORTE ESPACIAL DA REGIÃO DE ESTUDO

A formação e complexidade socioespacial do território contribui significativamente no entendimento das contribuições geográficas, pois segundo Serpa (2006, p. 10):

[...] poucos estariam dispostos a contestar o papel central do “espaço” enquanto conceito na produção do conhecimento geográfico. Os estudos da dimensão espacial da sociedade e dimensão social do espaço colocam a Geografia diante da árdua tarefa de operacionalização do conceito de “espaço” em sua dimensão empírica.

Muito interessante a forma que o autor acima compreende esta questão, mencionando a “dimensão espacial da sociedade” e a “dimensão social do espaço”, fazendo um jogo de palavras que reflete a interligação tão importante e necessária entre a sociedade e o espaço. O desafio da sua operacionalização empírica proposto, está muito relacionado a esta reflexão de Santos (1992, p. 14):

Quando analisamos um dado espaço, se nós cogitamos apenas um dos seus elementos, a natureza desses elementos ou das possíveis classes desses elementos, não ultrapassamos o domínio da abstração. É somente a relação que existe entre as coisas que nos permite realmente conhecê-las e defini-las. Fatos isolados são abstrações, e o que lhes dá concretude é a relação que mantém entre si.

Exatamente neste sentido que se deu a escolha da região de estudo e sua tipologia de regionalização através dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) não foi ao acaso, pois a reflexão sobre a juventude rural perpassa temas inerentes a ela, a exemplo das migrações, do êxodo rural, do desenvolvimento rural, das políticas públicas, da agricultura familiar e sua reprodução social, a pluriatividade, o pertencimento, a autonomia, entre outros, que são discutidos e pautados neste modelo de regionalização, pois possui uma estrutura organizativa que permite o “chamamento” da comunidade e das instituições para construção de propostas locais e regionais de desenvolvimento (COREDE CELEIRO, p.17, 2017).

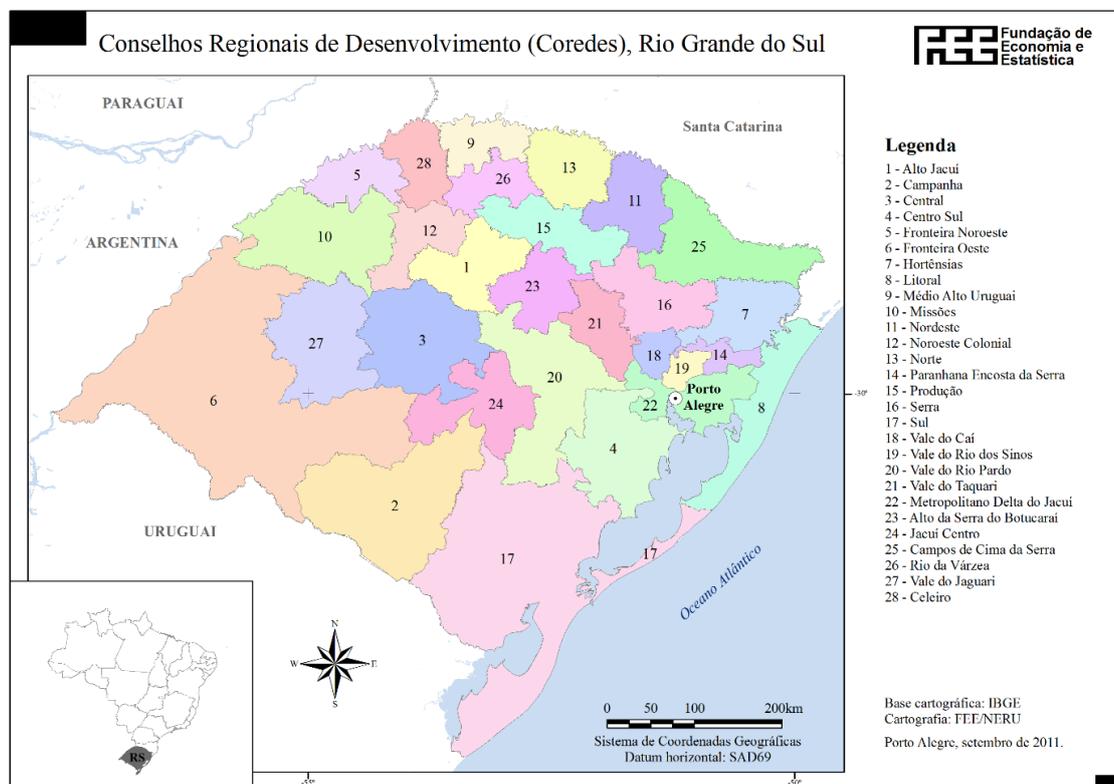
Os Coredes do do Rio Grande do Sul foram criados a partir de 1994 e regulamentados em 2009, com a finalidade de organizar o planejamento e as ações da gestão pública. Cada um dos 28 Coredes reúne municípios com realidades semelhantes, baseado em estatísticas socioeconômicas. Além disto, o recorte se deu nesta região também por abranger os jovens participantes da pesquisa, contemplando a organização administrativa institucional da Emater/RS – Ascar, que segue a organização dos Coredes.

Segundo informações no sítio eletrônico do governo do estado do Rio Grande do Sul (2017), o território gaúcho é:

[...] dividido em 28 regiões definidas como Conselhos Regionais de Desenvolvimento, os populares Coredes, criados em 1994. Assim foram determinadas para promover o desenvolvimento regional e sustentável, integrando recursos e ações de governo nas localidades para uma distribuição mais equilibrada das riquezas. A regionalização serve como referência para o planejamento e elaboração do Plano Plurianual e Orçamento do Estado.

Os Coredes como estruturas de apoio ao estado, têm atuado na produção de documentos (diagnósticos) que irão reforçando e muitas vezes direcionando a revisão bibliográfica deste estudo quanto ao formato da regionalização. Os Coredes têm se caracterizado como uma referência de região para as municipalidades e instituições públicas e privadas, bem como para a sociedade como um todo, em que estão inseridos, legitimando ainda mais a Região Celeiro no espaço geográfico. Abaixo, o mapa mostra todos os 28 Coredes e sua distribuição geográfica.

FIGURA 1 – Mapa da Regionalização dos Coredes no Rio Grande do Sul.



Fonte: FEE, 2020.

Além deste formato, existem numerosas regionalizações, entre elas se destaca a regionalização do IBGE. Uma das primeiras concepções a respeito da região, de Paul Vidal de La Blache, destacava que o estudo da geografia deveria contemplar as singularidades dos lugares, podendo ser diferenciada a partir da paisagem. Assim, as primeiras regionalizações utilizaram características físicas da paisagem, conforme salienta Chelotti (2009) ao se referir aos estudos de Nilo Bernardes, apoiado na Geografia Clássica, na década de 1950:

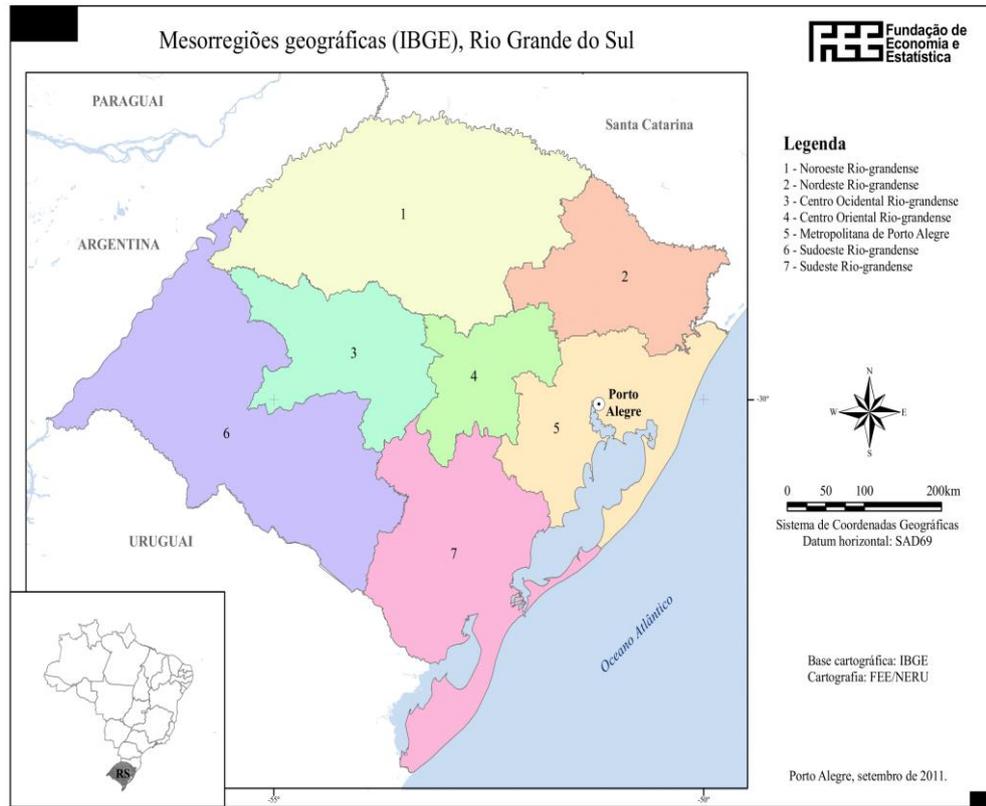
Em linhas gerais, não seria difícil estabelecer para o território sul-rio-grandense uma divisão regional, pois às zonas geográficas naturais corresponderiam, em geral, características homogêneas, combinando a distribuição dos dois tipos de vegetação predominante – mata e campo - com feições morfológicas principais, que se individualizariam quanto ao tipo de aproveitamento da terra e de sua estrutura econômica (CHELOTTI apud BERNARDES, 2009, p.86).

Considerando a evolução do processo de regionalização oficial do Rio Grande do Sul, de acordo com as mudanças no tempo e nos territórios:

O espaço geográfico é dinâmico e por isso faz com que as regiões passem por constantes reestruturações, configurando novos arranjos socioespaciais e econômicos. Assim, pensar a região enquanto categoria de análise do espaço é pensar em seus diferentes sentidos, logo, na sua evolução conceitual e em suas diversas manifestações. (PESSETI; GOMES, 2020, p.23).

As regionalizações atuais se pautam em questões que englobam a totalidade do espaço, tendo em vista o “*meio técnico-científico-informacional*” (Santos, 1999) em que se vive, ou atendem demandas específicas como o setor de planejamento do governo, ou áreas como a saúde e a educação, contemplando aspectos econômicos, físicos, políticos, sociais, ambientais, culturais, etnográficos, entre outros, a exemplo da regionalização do IBGE, em mesorregiões geográficas (1990) e em regiões intermediárias (2017). Na primeira tipologia, a área de estudo se insere no Noroeste Rio-grandense, e na segunda, na região intermediária de Ijuí, embora ainda seja bastante legitimada pela sociedade nesta região o uso da denominação “*região noroeste*”. Abaixo, se visualiza perfeitamente a diferenciação nos mapas a seguir:

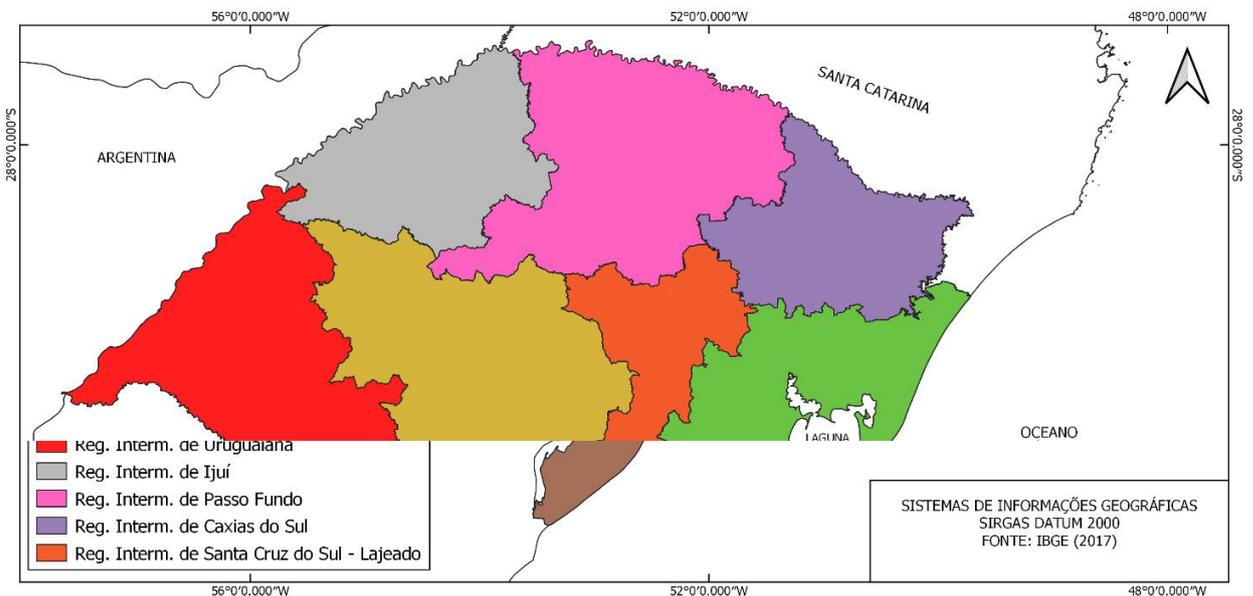
FIGURA 2 - Mapa Mesorregiões geográficas do IBGE.



Fonte: FEE, 2020.

Na sequência, apresenta-se também o mais recente formato de regionalização organizado pelo IBGE, em 2017, que segue critérios mais voltados ao processo de urbanização no Brasil, que ainda não é muito utilizada e conhecida pela população/sociedade da região intermediária de Ijuí.

FIGURA 3 - Mapa Regiões intermediárias geográficas do Rio Grande do Sul



Fonte: Pesseti; Gomes, 2020.

Neste estudo, foi adotado o formato de regionalização dos Coredes, elegendo-se a região Celeiro como recorte espacial, onde residem, de forma pulverizada, os jovens rurais que são foco da pesquisa, diminuindo a escala e facilitando a busca pelos dados e informações empíricas e científicas, além de permitir uma análise mais profunda, pelos aspectos já mencionados, ligados a territorialidade construída pelos sujeitos e instituições.

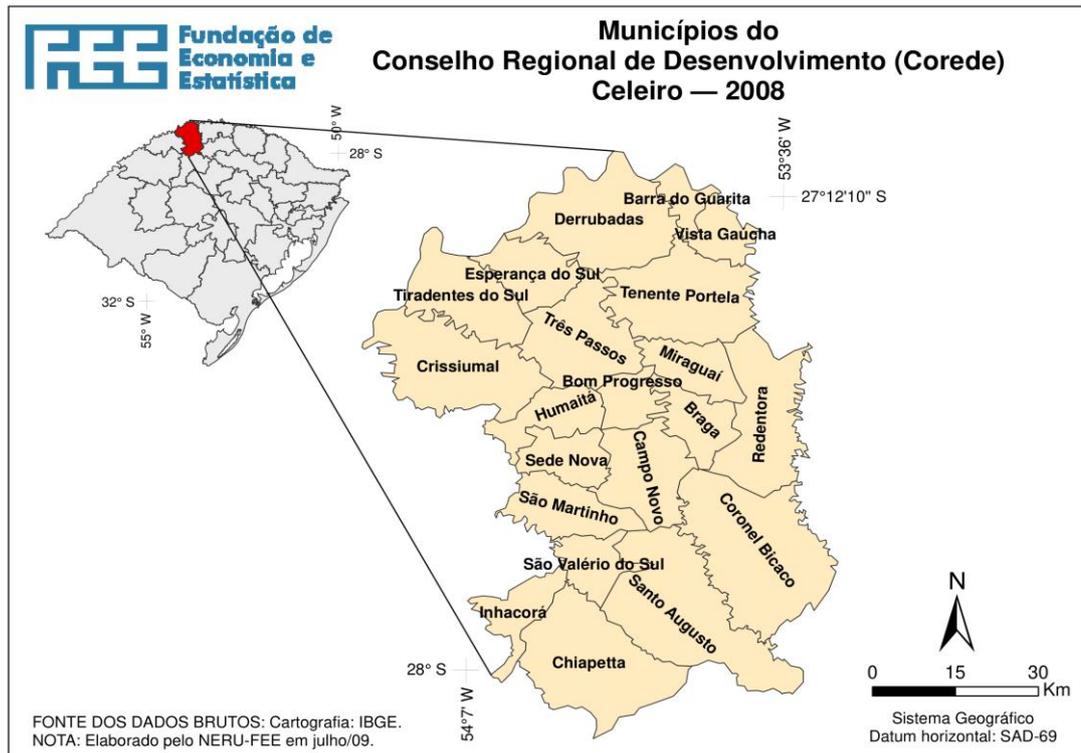
3 A REGIÃO CELEIRO DO RIO GRANDE DO SUL

Para Santos (1994, p.55): “Compreender uma região passa por entender como funciona a economia em nível mundial e rebatê-la no território de um país com a intermediação do Estado, das demais instituições e do conjunto de agentes da economia, a começar pelos seus atores hegemônicos”.

A região Celeiro foi o último Corede a ser criado pelo estado do Rio Grande do Sul, em 2008, se configurando uma resposta do estado às reivindicações da comunidade, instituições e governança destes municípios (Corede Celeiro, 2017). Desta forma pode-se entender que os sujeitos desta região se reconhecem como pares, mantendo relações que dão sentido a “concretude”, também apontada por Santos (1999), mencionada anteriormente nesta pesquisa.

Pode-se observar no mapa abaixo, os municípios que compõem a Região Celeiro, bem como sua localização na extremidade norte/ noroeste do Rio Grande do Sul.

FIGURA 4 – Mapa Região ou Corede Celeiro do Rio Grande do Sul



No total, são 21 municípios os que configuram a região Celeiro, sendo eles: Barra do Guarita, Bom Progresso, Braga, Campo Novo, Chiapeta, Coronel Bicaco, Crissiumal, Derrubadas, Esperança do Sul, Humaitá, Inhacorá, Miraguaí, Redentora, Santo Augusto, São Martinho, São Valério do Sul, Sede Nova, Tenente Portela, Tiradentes do Sul, Três Passos e Vista Gaúcha. Todos estão inseridos nas regiões imediatas da regionalização do IBGE (2017) de Ijuí e Três Passos, na região intermediária de Ijuí. As divisas territoriais da região se dão ao norte com o Estado de Santa Catarina e Argentina; a oeste com as regiões imediatas de Cerro Largo e Santo Ângelo; ao leste, regiões imediatas de Frederico Westphalen, Palmeira das Missões e Cruz Alta e ao Sul; ao sul, região imediata de Cruz Alta.

Pode-se considerar uma “ponta” extrema do Rio Grande, sendo umas das últimas áreas de assentamento de imigrantes europeus. A economia regional é baseada na produção agropecuária, com 23,9% de participação na economia, com a produção de grãos (soja, milho, trigo) e criação de suínos e aves, destacando-se a produção de leite. Entretanto, a bacia leiteira que caracteriza as pequenas propriedades e agricultura familiar na região, vem sendo substituída pela produção de soja, paulatinamente. Segundo a análise do perfil socioeconômico do Corede Celeiro, “[...]a população apresentou diminuição no período 2000-2010, o que reflete o baixo dinamismo de sua economia, sendo que a maior parte dos indicadores sociais se encontra abaixo

das médias estaduais, principalmente no que se refere a renda, saneamento e saúde da população. ” (BERTÊ, A.M.A., LEMOS, B.O., TESTA, G., ZANELLA, M.A.R., OLIVEIRA, S.B., 2016, p.28).

A região possuía uma população total de 141.482 habitantes em 2010, sendo Três Passos o maior centro urbano, com 23.965 habitantes, seguido de Crissiumal, Santo Augusto, Tenente Portela e Redentora, que possuíam entre 10 e 15 000 habitantes. Os demais municípios se constituem de pequeno porte, com menos de 10 000 habitantes. (BERTÊ, A.M.A., LEMOS, B.O., TESTA, G., ZANELLA, M.A.R., OLIVEIRA, S.B., 2016, p.28)

Os municípios de Três Passos, Tenente Portela e Santo Augusto são considerados centros de zona (IBGE, 2010), centros de gestão do território ou regiões de influência das cidades, “[...] aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nela sediadas”. (BERTÊ, A.M.A., LEMOS, B.O., TESTA, G., ZANELLA, M.A.R., OLIVEIRA, S.B., apud CORREIA 1995, 2016).

Inserida nesta região está a maior população indígena do estado, na Terra Indígena do Guarita, nos municípios de Redentora, Tenente Portela (e Erval Seco) e a Terra Indígena do Inhacorá, em São Valério do Sul. Cerca de 40% da população indígena do Rio Grande do Sul se concentra na região Celeiro (IBGE, 2010).

No município de Derrubadas está localizada a sede do Parque Estadual do Turvo, importante remanescente da área da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, protegida desde 1993, possuindo a maior queda d’água longitudinal do mundo, no rio Uruguai, o Salto do Yucumã. Segundo Porch (2011; 2011, apud SEMA):

É importante citar a sobreposição da TI Guarita com o Parque Estadual do Turvo (Floresta Estacional Decidual – Bioma Mata Atlântica), área de proteção integral com 17.491 ha, Unidade de Conservação criada em 1947 e que, infelizmente, é o último grande fragmento protegido deste tipo vegetacional no Rio Grande do Sul (PORCH apud SEMA, 2005).

Estas particularidades da região contribuem para a diversidade e riqueza social e ambiental, auxiliando no entendimento sobre sua formação histórico-geográfica, mas também são considerados, em muitos momentos, por alguns setores da sociedade, ou mesmo pelos sujeitos, enquanto “pontos de entaves” para o crescimento econômico e na expansão da produção agropecuária, pois são áreas extensas consolidadas como Áreas de Preservação Permanente (APP), gerando conflitos e disputas pelo uso da terra na região.

A região Celeiro era ocupada inicialmente pelos povos indígenas, conforme os relatos do Conselho de Missão Entre Índios (COMIM), reforçando a expropriação da terra e modo de vida das comunidades indígenas, neste caso, dos Kaingangs que habitavam esta região:

O povo Kaingang ocupava um extenso território que se estendia do oeste paulista ao centro do Rio Grande do Sul. Viviam em pequenos grupos que se movimentavam facilmente. Um grupo familiar permanecia em local fixo, denominado Emã, enquanto que outro vivia em acampamentos temporários denominados Ware. Por esta razão, no período em que o Rio Grande do Sul era colônia espanhola, os missionários não puderam alcançá-los para a redução em aldeamentos, tampouco os bandeirantes puderam escravizá-los. Porém, a partir de meados do século XIX e início do XX, foram todos fixados em áreas restritas, denominadas reservas. Foram, pois, abruptamente privados de seus meios de vida e a concentração compulsória afetou profundamente sua organização social tradicional (COMIN, 2003, p. 12).

Em seguida chegaram os caboclos e negros fugitivos (COREDE, 2017), ou considerados “maus elementos” pela visão preconceituosa do governo da época. Segundo David (2005):

[...] muitos escravos e libertos foram removidos das terras onde seriam fixados os colonos para que não tivessem contato, mas registraram-se conflitos, pois o governo deslocou militares para despachar os “maus elementos, desordeiros, ladrões e bandidos” para a região das Missões ou para integrá-los às companhias militares.

Os primeiros imigrantes de origem europeia chegaram a partir 1918, vindos de Ijuí, Carazinho, Lajeado e Santa Cruz do Sul, de colônias já estabelecidas anteriormente, constituindo-se a mesorregião noroeste (IBGE, 1990), onde estão inseridos os municípios da região Celeiro, a última fronteira agrícola do estado. Sobre isto, reflete David (2005, p.60):

Com o sucesso do empreendimento colonizador consolidou-se a pequena propriedade no meio rural gaúcho, a partir da qual diferentes sistemas de produção e formas de trabalho se desenvolveriam. Razão última da emigração e questão de maior conflito, a terra torna-se a pedra angular da agricultura colonial.

Predominou a partir de então, tendo seu pico na década de 1930, na região norte do Rio Grande do Sul, a “produção agropecuária colonial no molde familiar” (DAVID, 2005, p.60). Até os dias atuais, a estrutura fundiária na região Celeiro permanece caracterizada pelas pequenas propriedades, com 95% possuindo até 50 hectares (COREDE CELEIRO, 2017).

Com a introdução das culturas do trigo e da soja, a partir de 1950, toda a estrutura regional voltou-se para estas atividades agrícolas, consolidando-se na década de 70, sendo que até os dias atuais a monocultura da soja representa 55% da produção agrícola na região, sendo responsável por parte importante do PIB regional.

Entretanto, na década de 1980 ocorre a ascensão de estabelecimentos de propriedades com mais de 200 hectares e surge a categoria dos operários rurais. As emigrações e o êxodo rural se estabelecem, poder-se-ia dizer, com pesar, com “força total”. Conforme Chelotti (2009, p. 58):

Destaca-se que a maioria dos agricultores familiares, expulsos do campo via processo de modernização da agricultura no estado do Rio Grande do Sul localizavam-se, em grande parte, no noroeste e no norte do estado, que constituíam áreas de colonização europeia, caracterizadas por uma estrutura fundiária formada basicamente de pequenas propriedades rurais.

Esse período, pós década de 70, foi caracterizado fortemente pela expulsão do campo dos pequenos agricultores, ou agricultores familiares, que não encontraram na lógica do mercado e das *comodities* do trigo e da soja lugar de existência e permanência no meio rural. A grande propriedade já abarcava em 2006, 70% da área agrícola do RS, mas ocupando 19% da mão de obra e retorno financeiro desproporcional em valor de produção alcançado. A tendência é agravar a concentração de terra, com prejuízos econômicos, ambientais, culturais devastadores (FIGUEIRÓ, 2017).

A região Celeiro registra em alguns municípios, os mais baixos índices de desenvolvimento humano e econômico, considerada uma das regiões mais pobres do Rio Grande do Sul, tendo como região, o índice Idese/RS em 0,719, inferior ao da média estadual, 0,744 (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

Uma grande preocupação dos gestores municipais, instituições, pesquisadores e da sociedade local, é a diminuição contínua da população na região, principalmente no meio rural, tendo apresentado a cada censo demográfico um decréscimo populacional, conforme os autores reforçam:

O COREDE Celeiro, situado nessa região de perda populacional, apresentou, no período 2000-2010, uma taxa de crescimento populacional de -0,56% ao ano, constituindo o segundo COREDE com menor taxa no período. A Região apresenta decréscimo populacional há mais tempo, pois no período 1991-2000, embora ainda não existisse como COREDE, o conjunto de seus municípios apresentou um valor negativo de -1,16%. (BERTÉ, A.M.A., LEMOS, B.O., TESTA, G., ZANELLA, M.A.R., OLIVEIRA, S.B., 2016, p.28).

As maiores perdas populacionais estão na área rural onde, à exceção de Redentora, todos os municípios apresentaram diminuição. Entretanto, a região apresenta um dos maiores índices de população vivendo no meio rural do Rio Grande do Sul.

A complexidade da área de estudo e suas características demográficas, sociais, econômicas e ambientais, se revela um grande desafio e ao mesmo tempo possui grande

potencial, pois esta pesquisa busca refletir sobre os motivos de retorno e permanência de jovens no meio rural, tentando vislumbrar as estratégias e resistências que estes jovens, junto com suas famílias e meio em que estão inseridos tem utilizado, e os motivos que os fazem seguir “contra a correnteza”, ressignificando os modos de vida locais.

Abaixo, uma figura demonstrativa da expansão da cultura da soja, chegando até “a porta de casa”, em muitos lugares, cada vez com mais força, demonstrando a força de uma “correnteza”, imagem que vem se tornando comum de se visualizar na região.

FIGURA 5 – Registro fotográfico da produção de soja na Região Celeiro, em Tiradentes do Sul/RS



Crédito: Aline Zuse, 2021.

4 A JUVENTUDE RURAL E O TERRITÓRIO

A juventude se caracteriza por um período da vida compreendido entre a infância e a maturidade. É um momento em que o indivíduo passa a se distanciar dos laços familiares e buscar maior interação com seus pares, situação que tem sido marcada na atualidade pela era da tecnologia da informação, conforme Santos (1997), pelos desdobramentos do “meio técnico-científico-informacional”, onde “[...] a tecnologia constitui não apenas uma esfera da realidade, mas uma ordem da realidade, possuidora de sua própria racionalidade”.

A Unesco (2017) considera jovens as pessoas com idade entre 15 e 24 anos. Essa mesma faixa etária é legitimada pelo Estatuto da Juventude (2013), enquanto que para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (1999), considera-se jovem o indivíduo entre 15 e 29 anos. No Rio Grande do Sul, a Lei Estadual nº 11361, de 27 de julho de 1999, considera o

“jovem rural como filho de agricultor, proprietário, meeiro, arrendatário, ocupante, assalariado ou assentado rural, com até 35 anos de idade”.

O conceito juventude rural perpassa uma análise complexa que envolve o trabalho, conforme Weisheimer (2009, p. 83, grifo nosso):

Diferente de outras situações, este é um caso onde o trabalho produz a juventude, uma vez que é ele que posiciona o jovem no *espaço* das relações sociais. Ou seja, é a socialização no processo de trabalho familiar agrícola que produz a categoria dos jovens agricultores familiares. Uma vez estabelecida, teoricamente, a especificidade desta categoria juvenil, pode-se buscar empreender esforços para descortinar sua contribuição ao desenvolvimento desta forma de agricultura no Estado do Rio Grande do Sul, o que se evidenciou em ao menos quatro processos: *na colonização, na ocupação da fronteira agrícola, na difusão de novas técnicas da modernização agrícola e mais recentemente no processo migratório rural-urbano.*

Neste sentido, apresenta-se também o território neste capítulo, entrelaçado a juventude rural, que parece posicionada no espaço das relações sociais e seu lugar de existência, pois o território é um conceito polissêmico, trazendo interpretações materiais e imateriais. Muitos geógrafos e pesquisadores de outras áreas do conhecimento estudam e buscam entender e refletir, contribuindo para essa polissemia. Neste momento, o objetivo é trazer luz sobre o território e a juventude rural, e como se enxerga e percebe que esses conceitos se entrelaçam e contribuem um com o outro. O geógrafo Milton Santos (2001, p.19), grande referência no tema, aborda com muita propriedade o sentido de território refletido aqui:

[...] a linguagem cotidiana freqüentemente confunde território e espaço. [...] Para uns, o território viria antes do espaço; para outros, o contrário é que é verdadeiro. Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence [...] esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência do Estado. Assim, essa ideia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que entre os seres vivos, é privilégio do homem. Em um sentido mais restrito, o território é um nome político para o espaço de um país. [...] pode-se falar de territorialidade sem Estado. Mas é praticamente impossível nos referirmos a um estado sem território.

O território é a extensão apropriada e usada, vista como unidade e diversidade, também uma terminologia política para vários espaços sociais, palco das ações humanas. Seguindo esta concepção, também há referência a Haesbaert (2021, p. 121), quando expressa e reflete sobre o corpo-território: “ao tratarmos o corpo como território [...], temos uma série de articulações cada vez mais complexas, com outras escalas, como da propriedade privada [...], a dos domínios jurídicos, religiosos, econômicos [...]”. O conceito de território está sendo muito utilizado no

campo da fenomenologia e dos lugares, a idéia de que cada indivíduo, ou sujeito, também é território.

Faz-se esta relação conceitual aqui nesta reflexão, levando em conta que o conceito de juventude rural está ligado, ou construído pelo trabalho e suas relações implícitas, como bem apontou Weisheimer (2009). Dessa forma, parece que existe uma aproximação com o conceito de território, e suas derivações, como a territorialidade, que seria também num certo sentido o pertencimento construído por estes jovens, ou a desterritorialização, quando eles precisam sair do campo, quando não tem terra, ou por algum dos motivos apontados pelos autores (renda, autonomia, gênero, conflitos geracionais, falta de identificação com a atividade rural, entre outros). Há também a retorialização, que seria quando eles retornam, após uma saída temporária, percebendo, após sair, que o campo era seu lugar de existência, ou mesmo para aqueles que não estão no campo, estão na cidade, e querem ir para o campo.

Para isto, há amparo para o que dizem estes estudiosos do território. Para Hasbaert (2004, p. 121) entender o território perpassa as dimensões sociais, políticas, culturais, econômicas e ambientais. Ele expõe que essa compreensão deve ocorrer de forma articulada, conectada e integrada a outros territórios, bem como nesta percepção das relações (já mencionadas), com suas diferenças especializadas em determinado tempo. Assim, o território é fruto de uma complexidade na relação entre os processos sociais e o espaço material e imaterial, conforme Santos (2007, p. 22):

O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Chelotti (2010, p. 07, grifo nosso) traz também a questão importante da identidade, que está relacionada ao pertencimento territorial, da forma que também entendemos:

A identidade é construída por subjetividades individuais e coletivas e pode estar relacionada a grupos sociais ou ao *pertencimento territorial*. Portanto, percebe-se que a incorporação da dimensão simbólica, do imaterial no discurso geográfico, tem possibilitado uma enorme riqueza nas análises sobre a produção do espaço, das paisagens, das territorialidades.

Neste cenário, passa-se a contextualizar o papel da juventude rural território, neste espaço/tempo de complexidades das relações, do espaço material e imaterial, bem como a abordar a juventude rural e suas razões de saída, ou desterritorialização do campo.

Atualmente no Rio Grande do Sul, 12% da população vive no meio rural e as projeções apontam uma diminuição populacional ainda maior no campo, nos anos vindouros. Enquanto a produção de alimentos e a demanda por estes aumentam, diminui a cada ano a população do meio rural, bem como os estabelecimentos da agricultura familiar, seguindo a lógica da expansão agropecuária no modelo capitalista que vivenciamos. No Rio Grande do Sul, comparando os dados com o censo de 2006, 59,3% da população do meio rural era masculina, subindo para 61,7% em 2017. Quanto a faixa etária, importante destacar que em 2006, 17,5% da população rural tinha 65 anos ou mais, subindo para 23,1%, enquanto que a população jovem decresceu de 1,9% para 1,2% em 2017 (IBGE, 2017).

Para Carneiro (1998); Abramoway (1999); Mello (2003); Zorzi (2005); Savian (2000), Brumer (2004), a falta de autonomia e renda para a juventude, as condições de trabalho, os conflitos nas relações familiares, principalmente de origem intergeracional e de gênero, estão entre as mais citadas razões de saída dos jovens do campo, em suas pesquisas realizadas em todo o Brasil. Aliado a isto, ainda reflete Castro (2005):

Existe uma fala constante quando se remete à juventude rural, que é a de que os jovens não mais compartilham interesse pelo campo e só almejam sair para a cidade, sendo uma categoria social que remete a um problema social que é o do esvaziamento do meio rural e a superlotação de cidades de pequeno e médio porte.

Neste sentido, essa visão acaba repercutindo entre as populações urbanas e rurais “e culmina a invisibilização das juventudes presentes no campo que não seguem tal modelo imposto de não permanência” (BRASILEIRO, 2016), ou seja, os jovens que efetuam o movimento contrário, de permanência e retorno ao meio rural acabam por sofrer um processo de invisibilização, ao qual Weisheimer (2013) reflete profundamente:

A invisibilidade consiste na característica de um objeto de não ser visível aos observadores porque não absorve nem reflete luz. Ao acrescentarmos o termo social, estamos nos referindo a situações em que determinados sujeitos se encontram imperceptíveis nas relações sociais. Trata-se, portanto, de uma ação social que implica em não ver o outro, não enxergar sua existência social e tudo que decorre deste fato. Ou seja, por invisibilidade social entendemos todo um processo de não reconhecimento e indiferença em relação a sujeitos subalternos da sociedade. Esta invisibilidade social nega ao outro o direito ao reconhecimento e à identidade social.

Por outro lado, os jovens rurais recebem uma “pressão” da sociedade, como se fosse deles a responsabilidade pela continuidade da agricultura familiar e sua intrínseca produção de alimentos. Como qualquer jovem, almejam tomar suas próprias decisões e fazer escolhas, sendo que a decisão quanto a profissão é uma das mais significativas na vida de todo o ser humano.

A pressão se torna maior quando se fala em agricultura familiar, entendida como modo de vida e não apenas enquanto profissão, implicando ou imbricando uma grande identificação com o campo e o local de trabalho desenvolvido.

Em especial as mulheres jovens empreendem o que se aponta como “comprometimento à reprodução social do campo e da agricultura familiar”, considerando o principal extrato social que migra para a cidade (BRUMMER, 2007).

Silva apud Handfiel Jean e Parente (2014, 2005) considera:

Entre os motivos de abandono das unidades produtivas familiares estão também os problemas financeiros, que implicam em dificuldades de gestão e planejamento financeiro, inviabilizando economicamente a unidade produtiva familiar. Os autores argumentam que é mais provável que os fatores centrais nesses impasses sejam os conflitos entre os valores pessoais que influenciam as percepções sobre o outro, na família, sobre suas relações, sobre a situação e sobre o debate de soluções. Assim, esses distanciamentos e desencontros no plano de valores provocam consequências negativas sobre o processo de sucessão familiar.

Essas percepções permitem compreender as trajetórias dos jovens entre o “ficar e partir do campo”, onde a ocorrência de conflitos entre os herdeiros também é apontada por Zorzi (2005).

Segundo Savian (2011), “a sucessão na agricultura familiar engessa a noção de profissão, mas também de espaço e modo de vida e sociabilidade, e envolve três componentes: transferência patrimonial, continuação da atividade profissional paterna e retirada gradual das gerações mais velhas do comando do negócio, ao que Mello et al (2003) corrobora. Abramovay (1999), ressalta que no Brasil, geralmente a sucessão ocorre após o falecimento dos pais, através da herança.

Para Savian (2011), a tomada de decisão, quanto a ficar ou partir, muitas vezes é “decidida” pelos pais, destacando-se as contribuições de Santos (1999) para a formação da idéia de “decididores”, sendo que outros decidem pelos atores quem serão, o que farão, etc. “As ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, é que conduzem os homens a agir”. (Santos, 1999). Brumer (2007), afirma que os jovens reivindicam remuneração e poder de decisão sobre o uso da almejada renda a ser obtida, e Carneiro (1998) argumenta que os jovens ficam indecisos entre ficar e partir:

Os jovens oscilam entre o projeto de construírem vidas mais individualizadas, o que se expressa no desejo de “melhorarem o padrão de vida”, e “serem algo na vida”, e o compromisso com a família, que se confunde também com o sentimento de

pertencimento à localidade de origem, já que a família é o espaço privilegiado de sociabilidade nas chamadas “sociedades tradicionais”.

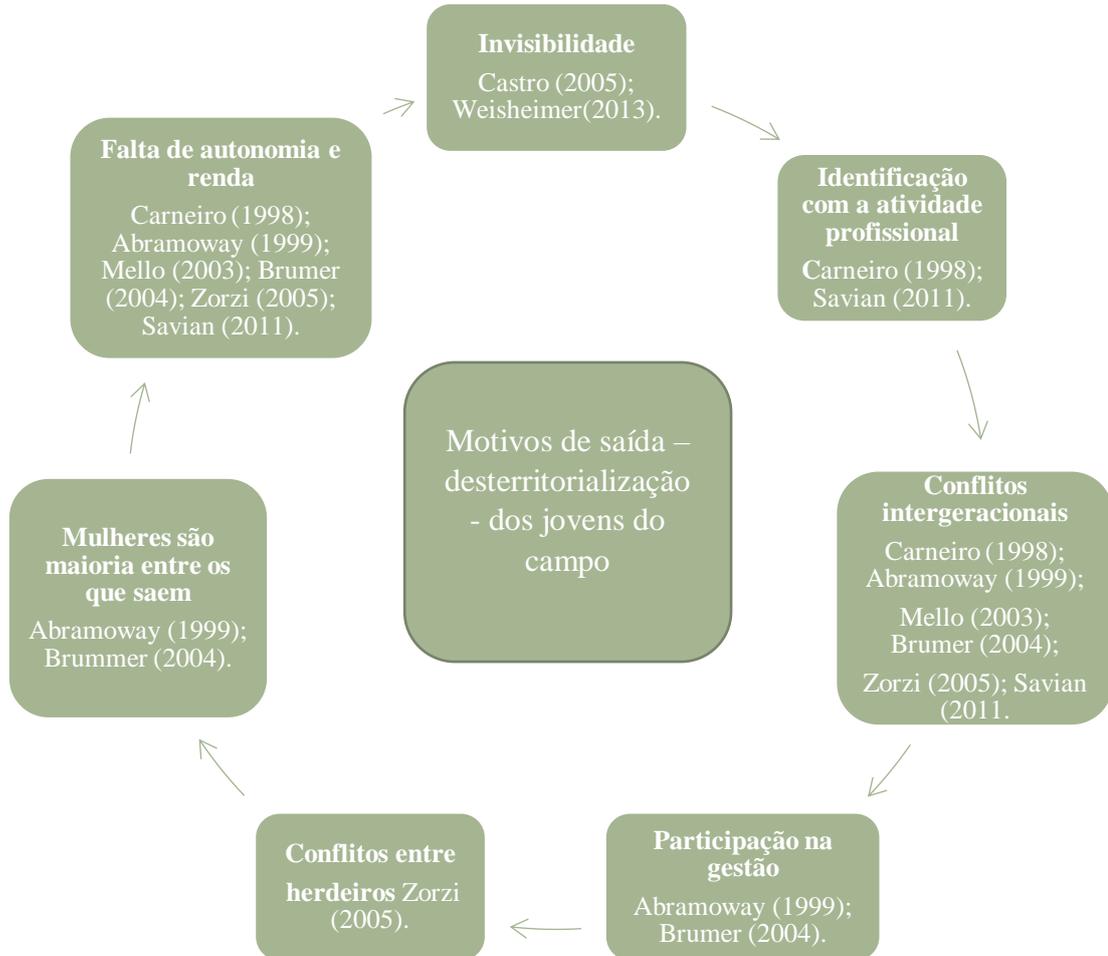
Neste sentido, Carneiro (1998), constrói um conceito chamado “ideal rurbano”, onde se busca reunir a cultura de origem e a cultura “moderna”, sem negar nenhuma e dando espaço a um novo modo de vida.

Reforçando o que já foi posto, várias pesquisas estudam a influência da renda nesta tomada de decisão, a exemplo de Savian (2011), Carneiro (1998) e Mello *et al* (2003), onde conclui-se que, embora haja outros fatores envolvidos e já colocados em discussão, permanece como um fator muito determinante, pois onde existe maior capitalização, existe maior permanência de jovens no campo, embora existam outros condicionantes, como o diálogo entre as gerações, a identificação profissional com a atividade agropecuária, entre outros menos citados.

Os estudos de Abramovay (1999), destacam que as causas da migração campo-cidade envolvem determinantes como problemas de gênero e geração, falta de autonomia dos jovens e pouca participação na gestão da propriedade, além do trabalho e da renda.

Construiu-se um esquema para contribuir com o entendimento dos principais aspectos abordados pelos autores estudados e que refletem na migração dos jovens rurais para as cidades:

TABELA 2 – Representação dos motivos e características principais de saída dos jovens do campo entre os apontamentos dos pesquisadores estudados.



Org: Autora, 2022

Constituindo grande contribuição nesta problemática, a tese de Castro (2005) definiu a juventude rural como uma categoria social, objeto de análise que ganhou força devido aos processos migratórios campo-cidade que caracterizam o êxodo rural, que ocorreu a partir da década de 70, intensificando-se nos anos 80 e ainda tendo reflexos na década de 1990. Esses fenômenos contribuíram para o cenário da atualidade, que estatisticamente tornam o Brasil um país predominantemente urbano (WEISHEIMER apud IBGE, 2010), com 84% de sua população residindo no meio urbano, embora os geógrafos questionem, considerando que existe uma invisibilidade instituída e intencional das populações camponesas, que é gerida pelo sistema que vigora que busca a homogeneização dos lugares, concordando então com o que Weisheimer (2013) pontua anteriormente sobre a invisibilidade das juventudes no campo.

Para Castro (2005), a Juventude Rural enquanto categoria social seria a precursora da busca de espaços de diálogo e sistematização de demandas da categoria, o que ocorreu de fato através dos processos de resistência e inserção da juventude rural como sujeitos, por meio dos

movimentos sociais, ou organizações sociais. Na pesquisa de David (2005, p. 13), “...as organizações sociais enfrentam o modelo capitalista de desenvolvimento agrícola e buscam o acesso à terra e a oportunidades de trabalho.”.

Dados do IBGE de 2010 apontam este esvaziamento do espaço rural na mesorregião do noroeste do Rio Grande do Sul e crescimento da população urbana. Em 40 anos, a população rural que, na década de 1970 correspondia a 272.359 pessoas frente a uma população urbana de 139.873 habitantes, encolheu nos anos seguintes. O cenário, nos anos de 2010, se modificou: foram registrados 120.671 habitantes no meio rural e 342.674 habitantes na cidade. Hoje, os jovens representam 20% da população rural na região, com 24.207 jovens.

Entretanto, algumas pesquisas (empíricas e científicas) demonstram a contradição existente entre os dados e as teorias analíticas e a realidade. Estas evidências serão demonstradas a seguir em dois exemplos.

Em um encontro de jovens realizado pela Emater/RS – Ascar, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Prefeituras Municipais da região do Corede Noroeste Colonial, no ano de 2018, no município de Nova Ramada, foi realizada uma pesquisa empírica com 134 jovens presentes, provenientes em sua maioria da região do Corede Noroeste Colonial (Ajuricaba, Augusto Pestana, Bozano, Catuípe, Condor, Coronel Barros, Ijuí, Jóia, Panambi, Pejuçara, Nova Ramada) e também alguns poucos jovens dos municípios de Três Passos, Boa Vista do Cadeado, Cruz Alta e Santa Bárbara do Sul, das regiões dos Coredes Celeiro e Alto Jacuí, todos os municípios dentro da região norte do Rio Grande do Sul.

Dentre estes jovens, 61,19% tinham 18 anos ou menos, sendo que 111 destes jovens, ou seja, mais de 90%, responderam que pretendem continuar no meio rural e realizar a sucessão rural em suas propriedades. O principal motivo apresentado pelos que não desejam permanecer é a falta de identificação com a atividade rural.

Entre os que almejam ficar, apontaram-se como fator essencial de permanência algumas características do lugar/meio rural (calmo, maravilhoso, qualidade de vida, natureza) e da profissão/agricultura familiar (me identifico, gosto da lida do campo, gosto de tirar leite, etc) e alguns ainda manifestaram o desejo de “ajudar” os pais, como motivo de permanência.

Entre 593 jovens entrevistados, na pesquisa “ Situação Juvenil na Agricultura Familiar” 69,3% dos jovens querem suceder seu pai na gestão da unidade de produção familiar, sendo que 30,7% não desejam (WEISHEIMER, 2009).

Diante destas e inúmeras outras pesquisas, é importante refletir: Quais os motivos que os levam a permanecer diante de um cenário oposto? Existe um movimento de retorno de pessoas da cidade para o campo?

Neste sentido, a ciência geográfica também tem muito a contribuir, pois segundo Cavalieri (2010), “Geografizar as práticas cotidianas implicam entender como os grupos sociais se territorializam e todas as contradições deste processo, muitas contradições com origem no embate entre uma ordem camponesa e uma racionalidade econômica imposta pelo capital. ” Portanto buscar entender as formas de territorialização e re-territorialização dos jovens rurais se mostra compatível, teoricamente, com os estudos sobre juventude rural.

Raffestin (1993), define o território “como resultado da apropriação, concreta ou abstrata, programada por um ator e mediada pelas relações de poder, sendo a territorialização o ato de se apropriar do espaço”. A noção de territorialidade “reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral” (FERREIRA apud RAFFESTIN, 1993, 2019).

Schneider e Grisa (2015) refletem sobre o conceito de território, que vem ganhando força na proposição de políticas públicas no Brasil, trazendo pontos de discussão, entre eles se destaca aquele que define o território não como espaço físico objetivamente existente, mas enquanto construção social, isto é, um conjunto de relações sociais que se originam e se expressam em uma identidade e em um sentimento de pertencimento compartilhado por agentes públicos e privados,

Santos (1999), em sua teoria do meio técnico científico informacional já descrevia os territórios subjetivos, imbricados, a exemplo das forças “invisíveis”, interfronteiras, globais, mas reais. Ressalta-se neste artigo que esta construção acontece com sujeitos, que estando em ação, mudam de posição e a construção muitas vezes fica estagnada. Neste sentido, os geógrafos Feitosa e Aranha (2020), autores do texto “cegueira geográfica na construção das políticas territoriais”, já denunciam o fato dos geógrafos terem sido ignorados em suas discussões acerca deste conceito, quando da construção da política pública do ordenamento territorial no Brasil. Eles criticam, e concordamos, pois, o termo “ordenamento” já seria uma imposição do estado, ao contrário do que se parecia querer propor... Tal política pública foi instituída na forma da lei, mas ainda nos dias atuais não alcançou sua concretude nos territórios. Além disto, também é interessante observar que Schneider questiona o conceito de região:

[...]pretende-se indicar a necessidade de consolidar o deslocamento da idéia de região para a de território, resgatando-se tanto as implicações e resistências a esta operação que vem da geografia com as indicações de alguns estudiosos, organismos internacionais e governos que fazem uso normativo e operacional da abordagem territorial para indicar um novo enfoque sobre o desenvolvimento regional (SCHNEIDER, 2003, p. 03).

Neste momento há certa discordância, pois embora o conceito reconhecido fortemente da autoria do geógrafo Vidal de La Blache descritivamente quanto a paisagem, colaborou intensamente para o entendimento da economia e das diferenças/complexidades em um mesmo território. Além disto, a região não é estática, ela pode ser adaptada conforme as necessidades de seus sujeitos.

Pode-se perceber que há inúmeras conceituações sobre regiões, que podem ser climáticas, econômicas, sociais, territoriais, culturais, geomorfológicas, biológicas, administrativas, entre tantas outras formas. Então cabe perguntar: Será que este conceito realmente “não serve mais”, ou deve ser “deslocado” para a construção das políticas públicas? Será que ele não dá mais conta das complexidades dos territórios?

O conceito de região seria antagônico ao conceito de território? Este parece ser o entendimento de Schneider (2003), de difícil aceitação, pois, o conceito de região também diz respeito às complexidades territoriais, tanto objetivas quanto subjetivas. Interessante observar que empresas, públicas e privadas, se organizam em regiões administrativas, assim como cooperativas e cidades, comunidades, universidades, escolas.

Em um tempo de desbravamento dos estudos do lugar, dos olhares individuais e peculiares, a região aproxima alguns lugares que tem características comuns, sejam as paisagens, a sociedade, a economia ou a cultura. Parece fazer muito sentido continuar estudando e refletindo sobre este conceito tão importante e marcante para a geografia, que se ressignifica e se reconstrói, conforme os pesquisadores, cientistas e pensadores deste tempo.

Com isso, pretende-se dizer que o conceito de território não se aplica ao estudo?! Longe disso, bem pelo contrário. Território, territorialidade, des-territorialização, re-territorialização, são conceitos que vem ganhando força nas discussões geográficas e das demais ciências, e ganhou maior importância ao entrar na arena de discussão de construção de políticas públicas.

Porém, ainda, preocupa o que Feitosa e Aranha (2020) alertam, de que esse conceito tende a ser somente utilizado para rebatimento de políticas públicas e não o que esperamos, que as políticas públicas venham de baixo (SANTOS, 1999), se constituam nos lugares, regiões, territórios, levando em conta também as paisagens que temos, que incluem os sujeitos com suas singularidades e peculiaridades, que demarcam nossa nação tão diversa, tão rica em sua população e merece todo o nosso respeito... assim como a geografia e seu pensamento, que se refaz, se reconstrói, buscando qualificar seus paradigmas, onde novas correntes de pensamento tenham espaço para fazer crescer essa ciência, entendendo seu espaço e seu valor, assim como a juventude rural, no tempo e lugar atual.

Neste sentido, é bom concordar com Haesbaert (2021), pois “[...] o espaço geográfico é moldado ao mesmo tempo por forças econômico-políticas [...], culturais [...] e naturais que se imbricam de formas próprias em cada local e em diferentes escalas [...].”

Abaixo, uma imagem de jovens rurais da região Celeiro, em uma atividade lúdica realizada durante o I Encontro Estadual da Juventude Rural, em Caxias do Sul, atividade promovida pela Emater/RS – Ascar, com apoio das instituições parceiras.

FIGURAS 6 e 7 – Registro fotográfico do I Encontro Estadual da Juventude Rural, Caxias do Sul/RS



Crédito: Eliézer Cortês Machado, 2022.

Fonte: Registrado por Eliézer Cortês Machado (2022).

Hoje se fala, escreve e reflete muito sobre as políticas públicas, parecendo haver um consenso de que estas sejam o caminho, ou pelo menos algo substancial para o desenvolvimento, especialmente quando o meio rural está em discussão. E há que se questionar qual o desenvolvimento que se quer alcançar: se meramente econômico, ou o desenvolvimento que contemple os aspectos econômicos, sociais e ambientais... hoje se falando muito também no cultural, e alcance efetivamente a redução das desigualdades. E como estão inseridas políticas públicas no contexto da juventude rural?

As políticas públicas são entendidas como meio para alcançar equidade, diminuição da pobreza e das desigualdades sociais (SEN, 2010). Torna-se imprescindível analisar a conjectura dos lugares, das regiões e dos territórios e seus sujeitos, pois estes demonstram a necessidade de entender as estratégias para a reprodução social e de que forma as políticas públicas poderão se adequar, se construir e reconstruir de forma promissora a atender as necessidades e assim alavancar/ contribuir para o almejado desenvolvimento rural no espaço geográfico.

Através da leitura e releitura de alguns teóricos do desenvolvimento rural, como Lamarque (1998), Veiga (1991), Navarro (2013), David (2017), Cotrim (2007), Miguel (2018), Schneider (2005; 2008; 2015), Grisa (2015), é possível perceber um entrelaçamento das idéias sobre as políticas públicas e o desenvolvimento rural, onde as políticas públicas, e seu sucesso ou insucesso, ou seu efetivo alcance no espaço geográfico, parece estar intrinsecamente ligado ao entendimento conceitual e sua forma de construção, bem como sua interligação a juventude rural.

Os referenciais das políticas públicas, para Schneider e Grisa (2015), “tratam-se dos instrumentos que tornam efetiva a ação do Estado a partir das diferentes representações de mundo e dos problemas públicos construídos pelo conjunto de atores envolvidos na sua elaboração...”. Então é necessário verificar algumas possibilidades destas representações, como do entendimento sobre o que vem a ser o desenvolvimento.

Segundo o Corede Celeiro (2017):

Todos nós utilizamos o termo desenvolvimento para referir-se a uma diversidade incontável de aspectos do nosso cotidiano e do planejamento. Não há um consenso do que seja desenvolvimento e possivelmente não deva haver, pois reflete os aspectos de cada local, a dinâmica que cada município, região, imprime enquanto forma sistêmica de pensar, discutir, planejar e executar aquilo que denominamos desenvolvimento. Neste contexto, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (Coredes), juntamente como todas as entidades que os compõem, se propõem a cumprir a sua missão de ser espaço plural e aberto de construção de parcerias sociais e econômicas, em nível regional, por meio da articulação política dos interesses locais e setoriais em torno de estratégias próprias e específicas de desenvolvimento. Esta missão é reconhecida pela visão estratégica de “articular os atores sociais, políticos e econômicos das regiões”, inclusive

colaborando para organizar os segmentos desorganizados, transformando-os em sujeitos coletivos capazes de formular suas próprias estratégias de desenvolvimento e, assim, serem construtores de seu próprio modelo de desenvolvimento regional.

Schneider e Grisa, citando Ploeg et al (2015), afirmam que o desenvolvimento rural representaria a possibilidade de ir além do modelo produtivista de agricultura familiar, apresentando-se como uma “*estratégia de sobrevivência*” desenvolvida por unidades familiares rurais, que buscam, através de seu esforço e disposições, incrementar as possibilidades de garantir sua reprodução. Eles apontam também os autores brasileiros Veiga (1991) e Navarro (2013) como estudiosos do desenvolvimento rural, onde o primeiro concorda com Sen (2010) quando este salienta que o “[...] desenvolvimento tem que estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos”.

A visão de liberdade envolve os processos de ações e decisões e também oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as circunstâncias pessoais e sociais. A privação da liberdade pode surgir em razão de processos inadequados (como a violação do direito do voto, ou de ir e vir) ou oportunidades inadequadas para as pessoas fazerem o que gostariam (como uma morte prematura por fome).

Sen (2010) ressalta: “... Com grande frequência, a insegurança econômica pode relacionar-se à ausência de direitos e liberdades democráticas”, comparando governos autoritários e governos democráticos: os segundos não tem registros de fome coletiva em grande escala, já os primeiros...

Neste sentido, as liberdades civis e políticas são elementos constitutivos da liberdade humana. Sua negação é, sem si, deficiência do sistema e a liberdade deve ser entendida enquanto expansão das capacidades das pessoas de escolherem o tipo de vida que gostariam de levar – e esta expansão poderá estar relacionada com as políticas públicas.

Liberdades individuais (produto social) – são imprescindíveis para o desenvolvimento, sendo os indivíduos compreendidos enquanto agentes – no sentido de sujeitos e não pacientes, ou passivos (geografia) ou atores sociais (ciências sociais). Como exemplo cita-se o controle social exercido pela sociedade civil, através dos conselhos municipais (de saúde, assistência social, agricultura, alimentação escolar, emprego e renda, defesa civil, entre outros) e que torna, pelo menos teoricamente, os indivíduos enquanto sujeitos.

A teoria de Amartya Sen também atribui às capacidades: a renda, e às desigualdades: a pobreza. A liberdade, capacidade e qualidade de vida substantivas e não apenas renda e riqueza são essenciais. Porém, questiona o entendimento: “*Melhor ser rico e feliz do que pobre e tradicional*”, dizendo que “se um modo de vida tradicional tem de ser sacrificado para escapar-

se da pobreza devastadora e da longevidade minúscula (que é como vivem muitas sociedades tradicionais há milhares de anos), então são as pessoas diretamente envolvidas que tem de ter a oportunidade de participar da decisão do que deve ser escolhido e também pressupõe que a equidade será alcançada com a intervenção social com custeio governamental (pressupomos as políticas públicas), buscando equilíbrio entre equidade e eficiência.

Para Schneider e Grisa (2015) este conceito é bastante avançado, onde Sen (2010) aponta a redução da pobreza e desigualdades sociais como consequência e resultado do real desenvolvimento. Amartya Sen é criador, junto com o paquistanês Mahbub ul Haq, do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH, 1990), um indicador sintético que revolucionou a forma das nações medirem o desenvolvimento de seus territórios, passando a ter um olhar maior para as questões sociais e não considerando apenas os fatores econômicos.

Professor em Harvard, Oxford, Cambridge, entre outras, Sen considera que o desenvolvimento de uma sociedade se dá pelo bem-estar-social, e não apenas pela prosperidade econômica, entendendo que o papel do Estado seria conter as desigualdades sociais, uma vez que o mercado, por si próprio, não se mostraria como elemento suficiente para cumprir tal objetivo.

Assim, os serviços prestados pelo Estado deveriam garantir a construção de uma boa sociedade por meio da educação, saúde e proteção das minorias. Por esses estudos, ganhou o Prêmio Nobel de Economia, em 1998.

David (2017, p.), apresenta alguns pressupostos que devem orientar o desenvolvimento rural, reiterando sua singularidade e ao mesmo tempo articulação e conexão, onde o espaço rural tem suas questões específicas a serem consideradas:

“ Os espaços rurais [...] são construções sociais historicamente produzidas pelas articulações entre cultura e natureza, o que lhes confere singularidades e especificidades. No entanto, não constituem, por isso, universos isolados e alijados do movimento geral da sociedade. São espaços integrados a dinâmica econômica e social global, razão pela qual qualquer projeto de desenvolvimento rural deve partir dos seguintes fundamentos:

- os espaços rurais são espaços singulares – pois sociedade e natureza se combinam de forma única em cada lugar,
- os espaços rurais não são mundos isolados – eles se articulam e se conectam, por meio dos fluxos e redes, do sistema global,
- os espaços rurais possuem uma realidade própria – ou seja são histórico, social e culturalmente específicos.

Para Navarro, citado por Grisa e Schneider (2015), o desenvolvimento seria mais restrito ao uso prático e normativo, caracterizando as ações e estratégias do estado para melhorar as condições de vida no meio rural. Finalmente, Grisa e Schneider (2015) definem o

desenvolvimento rural entendido enquanto processo que resulta de ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais, no âmbito do espaço rural, para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais.

Os autores vão além da perspectiva de que o estado seria o grande responsável pelo desenvolvimento e entram na esfera dos sujeitos, ou atores sociais, onde, através do crescimento de sua autonomia, contribuem grandemente para esse processo, buscando alternativas e sendo propositivos também na construção das políticas públicas. É necessário que se encontrem com a realidade vivida, pois a história das políticas públicas para o meio rural é marcada por participação e proposição, enfrentamento ativo dos sujeitos, através da participação da sociedade civil em todas as esferas de governo, bem como do atravessamento dos movimentos sociais reivindicando direitos preconizados pela Constituição Federal de 1988. Confere também status de categoria social para esta nova classe, os agricultores familiares, outrora chamados de colonos, atrasados, Jeca Tatu, pequenos agricultores, entre outras denominações, tantas vezes pejorativas (COTRIM, 2007; MIGUEL, L. A., 2018).

Esta “nova categoria social” a agricultura familiar, passa a ser estudada enquanto conceito, passando a vigorar, através da legislação brasileira e também das discussões acadêmicas. Entretanto, Schneider (2004) chama a atenção de que o conceito não deve ser entendido como se não existisse, e sim enquanto uma nova denominação.

Para Lamarche (1998) a agricultura familiar é a atividade de produção agrícola em que a propriedade e o trabalho estão ligados à família e Schneider complementa, afirmando que a significativa diversidade social na agricultura familiar ocorre pois “não há apenas uma forma de ser das famílias”.

A Lei da Agricultura Familiar (11.326/06), considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

[...] não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais, utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do estabelecimento ou empreendimento, tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo, e dirija o estabelecimento ou empreendimento com a família” (BRASIL, 2006).

A lei da agricultura familiar parece ser na verdade uma construção social, um movimento de inclusão produtiva de todas as categorias sociais, e são diversas, que anseiam por direitos a terra e a produção de alimentos. Esta lei foi criada para delimitar quem são os beneficiários de políticas públicas no meio rural, e foi sendo modificada ao longo dos anos,

demonstrando as mudanças de entendimento e percepção dos gestores acerca do cenário rural, que cada vez mais se mostra complexo, dinâmico e diverso.

Essa definição, ou conceito, ou categoria social, da agricultura familiar, tem sido utilizada amplamente para a definição de acesso às políticas públicas que vem se fortalecendo e consolidando desde então, incluindo os jovens rurais em políticas públicas constituídas a partir desta legislação.

É importante dizer que o marco das políticas públicas para esta categoria, originado no movimento agrário brasileiro, através dos trabalhadores rurais, deu-se a partir da construção do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, em 1996, onde já aparecia esta nova denominação, mais um destaque do que vem ressaltado pelos autores estudados na pesquisa.

O Pronaf tem sido a maior e mais consistente política pública acessada pelos agricultores familiares nesta região, pois este financiamento tem subsídio do governo federal, possuindo juros baixos (5% ao ano), prazos (até 10 anos para o pagamento) e carência facilitados (de 3 anos para iniciar o pagamento dos investimentos), contribuindo para o custeio de lavouras anuais e o investimento em construções, equipamentos e máquinas agrícolas para as melhorias na produção e na propriedade rural. Além disso, também está incluído o seguro agrícola (que dá ao beneficiário o direito de retorno de todo o valor investido em caso de frustação de safra. (BRASIL, 2023).

Entretanto, a dificuldade de acesso dá-se na necessidade de comprovação de muitas garantias de pagamento, a exemplo da penhora da terra, necessidade de avalista, mesmo com comprovação da capacidade de pagamento que é construída no documento intitulado DAP/CAF (Declaração de Aptidão ao Pronaf/Cadastro da Agricultura Familiar), que é emitido por instituições que prestam serviços aos agricultores, a exemplo das agências/instituições de ATERS (Emater/RS – Ascar) e sindicatos dos trabalhadores rurais (no Rio Grande do Sul).

Pode-se citar algumas políticas públicas que se destacam no contexto do desenvolvimento rural, que estão acontecendo, seja no âmbito da nação, do estado ou dos municípios. Em nível de Brasil, além do já citado Pronaf, outros programas se destacam, como o Crédito Fundiário (antigo Banco da Terra), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o programa de previdência rural (segurado especial do Instituto Nacional de Seguridade Social), o Programa Bolsa Família (PBF), o Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

Estas políticas permeiam as áreas de agricultura, educação, assistência social, e fazem diferença na vida das pessoas no meio rural, seja para gerar renda, ou para a qualidade de vida e combate à pobreza e as desigualdades. Em âmbito estadual, pode-se citar o Programa Bolsa Juventude Rural, o programa de cisternas e construção de açudes, a manutenção continuada da Assistência Técnica e Extensão Rural e Social (ATERS), Programa Estadual das Agroindústrias, selo Sabor Gaúcho.

Em nível municipal, muitos projetos e programas se destacam e têm ganhado força, como o apoio para a construção e manutenção das estradas rurais nos municípios, programas municipais de aquisição de alimentos, incentivo a criação e manutenção das feiras livres. Alguns municípios adquirem quase 100% do valor destinado a alimentação escolar da agricultura familiar, outros que criaram seus programas municipais de Bolsa Juventude Rural ou de financiamento de projetos produtivos de jovens rurais, e assim por diante... exemplos positivos devem ser conhecidos e difundidos...

Entre as políticas públicas, algumas se destacam e precisam ser reforçadas aqui: Um marco para o estudo desta categoria social de análise foi a criação, através de um intenso e fortalecido movimento social dos trabalhadores e trabalhadoras rurais em todo o território nacional, da Política Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Este é um sistema de crédito rural com baixos juros destinados exclusivamente a esta categoria (identificada criteriosamente através da renda) que está finalmente descrita na lei da agricultura familiar (2006), uma grande conquista e que “abraçou” inúmeras minorias, como os povos indígenas, os quilombolas, os extrativistas e os pescadores artesanais. Desta forma, traz resposta a este movimento que busca a re-territorialização do campo.

A discussão em torno das políticas públicas vem crescendo, sendo também incluída esta categoria no programa nacional de alimentação escolar (2009) abrindo brecha percentual mínima de 30% para a inserção dos produtos da agricultura familiar. O antigo Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA), atual Programa Mesa Brasil, também está incluso, bem como o fortalecimento da assistência técnica e extensão rural em nível federal, através do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Após a década de 90 este segmento veio sendo sustentado pelos estados e municípios, entre outras políticas públicas que tem se solidificado a partir da criação do Pronaf.

Em nível estadual, O Programa Bolsa Juventude Rural vem desde o ano de 2017, oportunizando aos jovens rurais de baixa renda acessarem recursos a fundo perdido para implantarem/incrementarem projetos produtivos rurais. É importante destacar que este programa surgiu a partir das reivindicações dos movimentos sociais e organizações da

juventude rurais no Rio Grande do Sul, após movimentos realizados e com a redação da Carta do 1º Fórum da Juventude Rural e Políticas Públicas.

Sobre as políticas públicas, é importante frisar que elas serão constituídas de acordo com o pensamento dos gestores públicos, baseados em suas posturas políticas ideológicas, embasadas em pesquisas e dados de fontes confiáveis. Entretanto, elas se reconstróem, pois para sua efetivação, perpassam os mais diversos sujeitos que fazem parte dos lugares, regiões ou territórios, desde os pesquisadores, pensadores, críticos, gestores, executores, fiscalizadores, beneficiários, bem como toda a sociedade envolvida, incluindo instituições públicas e privadas que participam desta rede de controle social e a avaliam em todo o tempo, tecendo assim um tecido fino e frágil, que precisa ser muito bom para não rasgar mediante tantas abordagens, -“tantas mãos” - que se farão sobre elas.

Se estas persistirem e se robustecerem, sendo lapidadas pela prática, elas se constituirão e contribuirão para o desenvolvimento rural. Caso contrário, serão desestruturadas e desaparecerão, sem sentido real e concreto nos lugares, regiões ou territórios em que estão inseridas, esta é a percepção desta pesquisa... pode-se refletir também que talvez cumpriram seu papel em seu tempo, e no próximo momento, neste tempo tão rápido que vivenciamos, elas deixam de fazer sentido e existem, sendo substituídas ou não.

Desta forma, na discussão e análise dos dados de campo, pode-se observar como as políticas públicas estão inseridas no contexto dos jovens rurais da pesquisa, e em que medida estão contribuindo para o desenvolvimento rural e as territorialidades no campo.

6 O QUE OS JOVENS DA REGIÃO CELEIRO COMUNICAM SOBRE SUA PERMANÊNCIA E RETORNO, OU IDA, AO RURAL

6.1 A PERSPECTIVA DOS SUJEITOS

Alguns destes jovens passaram pela experiência de sair de casa, trabalhar na cidade, ou em outros municípios, ou serviram no exército, e decidiram retornar para a propriedade e atividade rural, como é o caso de três jovens que participaram da pesquisa.

Um dos jovens reside na zona urbana, sendo seus pais trabalhadores urbanos. É interessante observar que este jovem está se preparando para fazer o movimento inverso e busca se qualificar para construir sua vida no espaço rural.

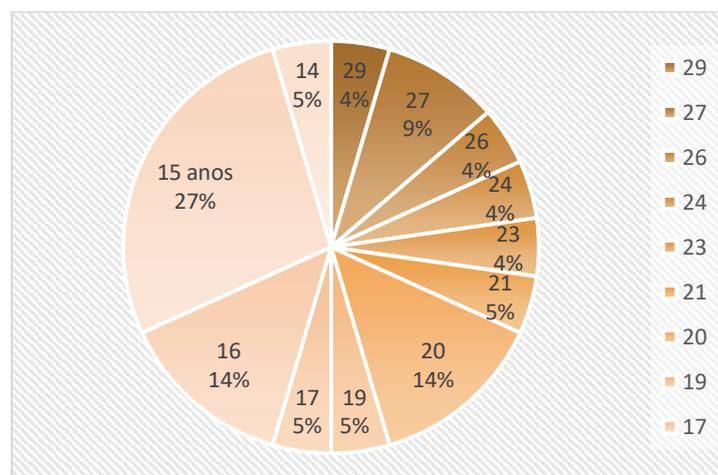
Entretanto, a grande maioria dos jovens que participaram da pesquisa, estão realizando a sucessão na propriedade familiar, recebendo incentivo, em maior ou menor escala, de sua família, e buscando o conhecimento, qualificação na universidade e em cursos de capacitação, como este ofertado pela Emater/RS – Ascar, entre outras instituições, para dar continuidade às atividades desenvolvidas pela família e/ou diversificar as atividades, buscando outras fontes de renda para tornar a propriedade mais rentável, possibilitando assim sua permanência no campo.

Duas jovens entre os participantes são membros de famílias que não possuem terra própria, vivendo em terra cedida por familiares junto com seus pais.

Inicialmente pretende-se apresentar os jovens (com alterações nos nomes para preservar suas identidades), no gráfico abaixo, por algumas características:

Os dados foram coletados a partir da atividade realizada durante o curso, denominada “Resgate da história”, e também na técnica “Linha do Tempo”. Ambos os modelos de atividades realizadas estão presente nos anexos.

Gráfico 1 – Idade dos jovens



Como é possível observar acima, as idades entre 14 e 17 anos concentraram, juntas, 51% dos participantes da pesquisa e as idades entre 19 e 29 anos, 49% dos participantes. Desta forma, ficou quase que igualmente dividido entre menores e maiores de idade. A maioria

dos jovens, cerca de 70%, tinham menos de 20 anos, sendo 10 jovens mulheres e 14 jovens homens.

Nas atividades mencionadas anteriormente, foi possível analisar diversos aspectos relacionados ao vínculo com a agricultura familiar, suas respectivas famílias, o lugar importante da terra e sua posse, que inicialmente não havia se sobressaído e nem mesmo sido objeto de estudo. Isto se mostrou imprescindível para a permanência dos jovens no campo, através de suas próprias afirmações:

Moro com minha mãe nas terras do meu irmão. Estou fazendo uma estufa para o projeto (*produtivo*). Temos açude com muitos peixes[...] um pequeno pomar [...] muitos animais, porcos, vacas, terneiros, patos, galinhas, cachorros, gatos. Tudo o que plantamos e criamos é apenas para o consumo próprio, não ganhamos renda com isso. Para nosso sustento, temos que trabalhar fora, *pois temos poucas terras pra plantar e não temos como criar muitos animais para obter alguma renda*. Futuramente gostaria de estar morando em uma propriedade própria. Com diversas espécies de animais, árvores frutíferas, um lindo jardim. Uma propriedade onde eu possa plantar diversas sementes pra poder sustentar os animais e assim ter alguma renda. Também quero continuar com a horticultura orgânica e talvez investir em vendas de laticínios. Espero ter construído minha família e estar bem financeiramente. Apesar de não saber como estarei em 10 anos, esse é um dos sonhos que gostaria que se realizasse. (Amanda, 27 anos, grifo nosso, 2021, grifo nosso).

É possível perceber neste relato, o desejo de permanecer, mas sem possibilidade real devido à falta da posse da terra, a desterritorialização implícita. Já outro jovem, atualmente residindo na cidade, manifesta o “amor pela terra” como o principal motivo dele estar em busca da vida no campo: “ O motivo de eu querer ir para o campo é o amor que eu tenho por essa propriedade e por gostar da vida campeira, mesmo que seja simples é o que me faz feliz”. (Ezequiel, 14 anos). Esse jovem, que se refere a propriedade adquirida por seus pais, busca o caminho inverso, da cidade para o campo.

Através destes dois relatos fica explícito o que é tão óbvio, por isso não estava no foco da pesquisa, mas pela expressividade de ambos, ganha destaque aqui: A terra. Ocorre o processo de desterritorialização, a exemplo da jovem que não tem perspectivas de permanecer na agricultura, ainda que o queira; e o processo de territorialização, a exemplo deste jovem que não está no campo, vive no ambiente “urbano”, mas o deseja e tem perspectivas para isso, através da posse da terra pela família. A jovem Amanda ainda está no campo, residindo e cuidando de sua mãe, idosa aposentada, mas até quando? Também é perceptível na fala de Amanda o fato da alimentação para o auto-consumo não significar, aos seus olhos, geração de renda, o que acontece frequentemente entre os agricultores, mas este não é o foco da pesquisa... apenas um pequeno parêntese para reflexão do que significa renda para os agricultores.

Sobre as propriedades e as atividades desenvolvidas pelas famílias foi possível analisar que as propriedades das famílias dos jovens variam entre 6 a 60 hectares, a maioria não ultrapassando 01colônia, ou 01lote, como muitos deles identificaram. Vários deles, são filhos de agricultores que estão realizando a sucessão na propriedade de seus pais, portanto fazem parte da terceira geração na agricultura familiar. Um dos jovens relata inclusive que seu avô, ao chegar na localidade em que residem, foi o responsável pela identificação/nomeação da comunidade, que recebeu e permanece até hoje com o sobrenome da família.

A maioria das propriedades tem na produção leiteira sua principal fonte de renda (13 propriedades, 14 jovens), contando com áreas de produção de milho para silagem e áreas de pastagem. Os sistemas de produção de leite variam de produção de leite a pasto ao confinamento, o que se mostra uma tendência entre aqueles que possuem um maior número de animais em lactação/produção e ainda pretendem aumentar o rebanho.

Apenas três famílias dedicam-se, enquanto atividade principal, ao cultivo de grãos, sendo as propriedades mais antigas, e com a maior quantidade de terra entre todas. Ou seja, percebe-se que se dedicam ao cultivo de soja/milho/trigo as propriedades com áreas mais planas e maiores, e ao leite, fruticultura, e criação de pequenos animais (piscicultura, avicultura e suinocultura) as propriedades localizadas em áreas mais acidentadas do relevo e com menor tamanho. Entre os jovens da pesquisa, a grande maioria se encontra no segundo caso exposto.

A produção de frutas (morangos, pêssegos, laranjas e figos) é a principal atividade para duas famílias e a piscicultura tem se mostrado uma importante atividade secundária para várias famílias.

A avicultura foi a atividade escolhida por um jovem que pretende mudar a matriz produtiva da propriedade, parando com o leite e atuando a partir da proposta do jovem, com a avicultura colonial, pois a família já possui alguma experiência e pretende ampliar a produção de ovos para abastecer o mercado local. Este jovem tem buscado nos estudos a ampliação dos horizontes, estando cursando a graduação em gestão do agronegócio.

Outro jovem busca na piscicultura o mesmo objetivo, com o tempo, mudar a matriz produtiva, de leite para produção de peixes. A decisão destes dois jovens, junto com suas famílias, de mudar de atividade, mostra uma das hipóteses da pesquisa, de que os jovens buscam participação na gestão e autonomia nas decisões quanto ao futuro da propriedade familiar, e que isso perpassa as relações familiares e o diálogo necessário para a construção destes entendimentos e pertencimentos ou territorialidades em relação a propriedade da família e a sucessão rural almejada.

Da mesma forma, duas participantes do curso, irmãs, decidiram mudar a forma de produzir leite, junto com sua família, passando da produção de leite a pasto, para o confinamento, com o objetivo de aumentar a produção e a renda, possibilitando no futuro a renda suficiente para que as duas jovens permaneçam no campo. Nesta família, foi possível perceber, em uma das atividades desenvolvida no curso, através da técnica “Rotina da Família”, que a gestão é feita pela mãe e pela filha mais velha, e que as atividades são igualmente divididas para que todos os componentes da família trabalhem com a mesma força de trabalho, na lida com as vacas. Entretanto, as atividades domésticas ficaram restritas às mulheres. Mesmo assim, as duas jovens manifestam o desejo de permanecer na propriedade, pois vislumbram que a gestão do empreendimento passe para elas, bem como da atividade produtiva desenvolvida pela família. A filha mais velha já se formou em agronomia e a mais jovem estuda o curso técnico em administração, almejando conciliar a atividade na propriedade com um trabalho externo. Assim, a pluriatividade também está presente nos planejamentos que os jovens demonstram, confirmada pela filha mais jovem.

Outras hipóteses da pesquisa também se mostraram confirmadas, como a questão do comprometimento dos jovens com suas famílias. A jovem Yasmim, de 29 anos, tendo saído de casa para estudar, chegou a trabalhar em diversos locais na cidade, porém voltou ao campo, por dois motivos: Primeiro para cuidar da mãe que estava viúva e também doente, e em segundo lugar, por gostar da atividade rural, conforme ela afirma: “Eu voltei para a agricultura para ajudar minha família e por gostar de ser agricultora”. Na propriedade de 50 hectares da família, onde predomina a produção de leite, a jovem desenvolve a atividade junto com sua irmã e cunhado. O mesmo acontece com Amanda, que permanece no rural por estar cuidando de sua mãe, idosa, conforme ela manifesta em seu relato: “Bom eu ainda estou no campo por que tenho que cuidar da minha mãe e também porque é um lugar tranquilo de se morar”. Diferente da Yasmim, Amanda não tem perspectivas de permanecer porque ela e sua mãe não tem terra própria.

A afirmativa da identificação com a profissão agricultor foi a mais recorrente, onde grande parte dos jovens fazia questão de afirmar esta prioridade na decisão de ficar, retornar, ou “ir” para o rural: “Gosto do que faço todos os dias, tenho qualidade de vida. Além da oportunidade de gerenciar meu próprio negócio e poder organizar minha empresa a céu aberto do jeito que eu quero. Por fim a boa remuneração que é fruto do meu trabalho”. Esta frase expressada por Benhur, 27 anos, demonstra a importância da “vocação” para a atividade, o mesmo “amor” demonstrado pela terra, na expressão anterior do jovem Ezequiel, se encontra aqui, em “gosto do que faço todos os dias”. Benhur também pontua o gerenciamento, ou gestão

da propriedade, como algo primordial, o contato com a natureza, a liberdade expressa e por último, mas que também se mostra presente, a renda, a remuneração.

A jovem Vivian, de 26 anos, reside com seus pais em uma propriedade de 17 hectares, adquirida por eles mesmos, através do trabalho com a produção de leite. A família utilizou o crédito rural para a compra de sua terra, uma política pública inicialmente chamada de “Banco da Terra”, atualmente denominada “Crédito Fundiário⁽¹⁾”. A mãe de Vivian revela que quando compraram, a cerca de 20 anos, todos disseram que “eles eram loucos”, que nunca conseguiriam pagar a terra com a renda da atividade leiteira. Entretanto, ela muito se orgulha, pois pagaram e construíram uma casa nova, e agora estão ajudando a filha a investir também na estufa de morangos e assim ter sua própria renda. Vivian está namorando e já está construindo sua casa própria, próxima a casa dos pais, com o dinheiro da venda da produção de moranguinhos iniciada por ela após a conclusão do curso de agronomia. Vivian relata “desde pequena eu amo os animais e a vida no interior. Sempre quis permanecer aqui nesta propriedade com meus pais. Fiz agronomia para trazer mais alternativas de renda, como é o caso das estufas de morango que implantei na propriedade, e também trabalho com o leite, que é a principal fonte de renda da família.”. Na entrevista, Vivian deixou bem claro que sempre pensou em ficar no meio rural com sua família, nunca gostou da agitação da vida na cidade, recebendo apoio dos pais em sua decisão de ficar. A partir disso, pensaram juntos alternativas para essa permanência, como estudar agronomia e investir na estufa de morangos.

Vivian é filha única, o que se reflete também no desejo dos pais de ter a filha por perto, sendo ela aquela que resolve as questões de informática e tecnológicas, das redes, as quais os pais não dominam. Entretanto, as vendas e a gestão da propriedade é comandada pelo pai, claramente perceptível na entrevista e atividades realizadas na propriedade com a família, no Dia de Campo “Leite e Hortaliças”, realizado em sua propriedade, em setembro de 2021, dentro da programação do primeiro curso.

Para as demais jovens, com menos idade, que participaram do curso, Vivian foi uma inspiração, um exemplo de que é possível uma jovem mulher ter sua própria atividade no meio rural, podendo desenvolver praticamente sozinha todas as etapas envolvidas na produção.

⁽¹⁾Crédito Fundiário, ou Terra Brasil, é um programa criado pelo Governo Federal em 1998, pela lei complementar 93, de 4 de fevereiro de 1998, então chamado Banco da Terra, proporcionando aos agricultores familiares (que não possuem terra ou que seja área pequena, insuficiente para gerar renda para o sustento da família, que comprovem experiência de cinco anos na atividade rural), a compra de terra, com prazo de carência e juros acessíveis e com assessoramento de assistência técnica e extensão rural.

Em uma das técnicas utilizadas, uma das meninas mais jovens demonstrou o desejo de “ter sua estufa de morangos”, inspirada em Yasmin. Neste breve momento, também foi possível

perceber o quanto os jovens, neste caso os “jovens rurais” procuram em outros jovens exemplo e inspiração para suas próprias atividades. O “concreto” do “dar certo” se mostra uma perspectiva, um horizonte, uma chance, para outros jovens, que sonham em ter uma atividade, ou uma propriedade, mas em sua própria realidade não conseguem enxergar que seja possível. Constatar que outros jovens conseguem, mostrou-se estimulante e inspirador, podendo ser uma ponte para uma nova percepção acerca de seus próprios estilos de vida e o vislumbre de uma possibilidade de construir sua vida no rural.

A jovem Lidiane, de 23 anos, está cursando agronomia e se mostrou muito determinada: “Eu não me vejo em nenhum outro lugar, eu gosto de trabalhar na agricultura e viver no meio rural”. Sua família, junto com a família de Yasmin e Emerson são famílias que estão realizando a sucessão rural no mesmo município, em comunidades vizinhas, e são remanescentes em suas comunidades, ou seja, na maioria das outras famílias não há sucessores, o que está tornando estes lugares com uma demografia cada vez mais ampliada, e também com a faixa etária daqueles que ficam predominando na terceira idade, o que é bastante recorrente em todo o mundo rural do Brasil na atualidade.

Na família de Lidiane, todos os três irmãos estão trabalhando na propriedade, que passou para produção de leite no sistema confinado de freestall há pouco tempo, também atuando na produção integrada de suínos, aves e produção de grãos, em menor escala, ou menos significativa financeiramente. A irmã mais velha, mesmo “não gostando da atividade” e sendo professora na cidade, ainda permanece ajudando a família em seus horários livres, bem como seu esposo, que trabalha junto neste sistema totalmente familiar de produção. Os três irmãos e os pais constituem a principal mão-de-obra na área que ultrapassa os 50 hectares. Bem organizados em sua infraestrutura para a produção, tem um ritmo intenso de trabalho para “dar conta” de todas estas atividades que estão empreendendo.

Lidiane fez curso de inseminação artificial de bovinos e é a responsável pela genética e reprodução do rebanho de vacas holandesas da família, as quais ela assiste com muito zelo e dedicação. Essa responsabilidade de inseminar os bovinos tem sido assumida pelos jovens em várias propriedades leiteiras visitadas, aparentemente conferindo uma tendência na área da bovinocultura leiteira e de corte, diminuindo os custos de produção e aumentando a autonomia das propriedades.

As irmãs Elisa (24 anos) e Luana (17 anos), definem suas razões de permanência: “O motivo de eu jovem rural permanecer no campo foi, primeiramente por gostar de trabalhar com a agricultura (ponto principal que levou também a escolha da graduação em agronomia) e pela oportunidade de trabalhar no próprio negócio, agregando valor na propriedade (Elisa)”. Helena

alega: “ O motivo é que gosto da vida que levamos, gosto de trabalhar no leite e quero ajudar a fazer a nossa propriedade crescer cada vez mais”. No dia da visita e entrevista na casa da família, a mãe das jovens conversou bastante, mostrando que é uma líder na família e também na comunidade, sendo ela quem comanda a gestão da propriedade, já trazendo a irmã mais velha para junto desta ação. A propriedade da família tem no leite sua principal atividade e grãos de forma secundária, tendo 14ha na produção de milho para silagem, alternando com o plantio de soja nesta área. Uma área de 5 hectares está destinada a produção de soja/trigo e aveia e 1,5 hectares contém área de preservação permanente (APP). Também dispõe de 2,5 hectares com a presença de banhado e 3,5 hectares de pastagens. São 35 vacas em lactação e 0.5 hectares ocupadas com as instalações (casa de moradia, galpões,). Para pastejo, produzem milho para silagem e trigo, em cerca de 15 hectares, sendo no total aproximadamente 45 hectares. A mãe das jovens foi muito franca em dizer que gostaria que as filhas permanecessem junto com a família na atividade rural, desde que “...tenha renda para elas também, por isso estamos mudando para o sistema confinado, para que elas possam permanecer, e a gente ter um lucro maior com o leite”. A mãe de Elisa também disse que o preço do leite está empatando com os custos, o que fez com que “não sobrasse” o salário da Elisa, mas a filha entendeu o momento em que estão vivendo e irá esperar para quando as coisas melhorarem aí ela irá receber sua porcentagem nos lucros. Mais uma vez, fica claro que é necessário muito diálogo entre a família para que o processo de sucessão rural ocorra. Como um negócio, um empreendimento, o jovem se torna o “dono”, ou “sócio”, e precisa arcar com os momentos de crise também. A irmã mais jovem ainda está estudando, portanto ainda não entrou em discussão qual será de fato sua função na propriedade e sua porcentagem, pois a família arca com os custos de seus estudos em outro município, no curso técnico em administração.

O jovem Miguel, de 21 anos, formou-se no ensino médio como técnico em agropecuária e não seguiu com os estudos, até o momento. Para ele, permanecer na agricultura: “Tem muitos motivos, a gente produz tudo aqui, não precisa comprar, e a paixão pelo que a gente faz... se é para eu ficar trancado em quatro paredes, eu fico louco. Eu gosto, desde pequeno da agricultura, me acostumei e não largo, é a paixão pelo que faço.”. Embora em algumas conversas deixou transparecer que não tem na atividade leiteira, ou melhor, na lida com as vacas, sua preferência, se dedica, pois é o foco da propriedade da família. Por outro lado, sua “paixão” ficou demonstrada na fotografia enviada pelo WhatsApp: a produção de grãos, que é atividade secundária da família. A foto enviada junto com a frase acima, em destaque, mostra o plantio de soja, o maquinário da família, motivo de orgulho para Miguel. Na área de 40 hectares da família, entre áreas próprias e arrendadas, são produzidos 10 hectares com soja, 20 hectares de

milho para silagem e 10 hectares com pastagens perenes e anuais. A família dispõe de uma horta para o autoconsumo, de cerca de 300 metros quadrados e 2 hectares com mata nativa. A família e mão-de-obra para o trabalho é composta pelo pai, mãe e o jovem Miguel. Em seu projeto produtivo para o curso, Miguel informa que o objetivo da família é ampliar a produção de leite, através do confinamento dos bovinos de leite para o sistema compost ou freestall, e também inserir a produção de gado de corte confinado. Mais uma vez, fica evidente que onde há um sucessor, há um planejamento para a ampliação e/ou intensificação das atividades e da renda familiar.

João Vitor, de 20 anos, estudante de agronomia, reside em Chiapetta, junto com seus pais e seu irmão de 17 anos, no Assentamento Cristo Rei. Durante o curso de empreendedorismo e desenvolvimento para a juventude rural, escreveu um projeto produtivo visando à produção de ração para a alimentação dos bovinos de leite da propriedade, pois em uma das visitas do curso, ele conheceu esta técnica utilizada por uma família no município de Tenente Portela, resolvendo experienciar, pois o custo é menor e a família concordou. João Vitor resume as atividades da família: “Em nossa propriedade trabalhamos com bovinocultura de leite, na qual é a atividade principal, e também usamos dois terços da área de lavoura para comercializar grãos e produzir o alimento para as vacas. O outro terço fica as benfeitorias e áreas de pastagem perene.”. Para João Vitor, a permanência na agricultura familiar está relacionada a continuidade do trabalho e modo de vida de seus pais e avós: “Acredito que para continuar um legado que meus pais desde jovem receberam de geração para geração, que é produzir alimento e viver sempre em contato com a natureza, e por gostar do que faço.”. A mesma idéia também é defendida por Roberto, de 20 anos: “Para mim o motivo foi por eu poder estar junto do meu pai e minha mãe e por gostar de trabalhar na agricultura e assim dar continuidade nos trabalhos que minha família já vinha desenvolvendo.”.

Tiago, de 20 anos, diz: “No campo você produz vários alimentos para o consumo que na cidade não se pode, você é mais livre, não tem um chefe. ” Essas afirmativas reforçam a idéia de autonomia, tanto na produção de alimentos quanto de gestão de negócio. Tiago vive em um lote com sua família, no município de Chiapetta, em assentamento da reforma agrária, produzindo leite em 15 hectares, tendo 6 hectares arrendados e cultivando 3 hectares com milho para silagem e pastagem no inverno, também possui 2,5 hectares de área de APP.

O jovem Emerson, de 19 anos, está cursando agronomia, e junto com seus pais e dois irmãos mais novos demonstram um grande amor pela agricultura: “Quando tu gosta do que faz, faz toda a diferença na atividade escolhida, a minha é a agricultura. ” Na propriedade, a família

produz leite e grãos, tendo também iniciado a produção de pitayas, um novo projeto da família, para a diversificação da propriedade que se localiza no município de Crissiumal.

Jonas, 16 anos, dedica-se aos estudos no curso técnico estadual em agropecuária, ele demonstra um comprometimento com a atividade agrícola: “ Se nós jovens não permanecermos na agricultura uma hora não terá mais quem dará continuidade, pois os jovens são o futuro. ” Na propriedade familiar de 18 hectares, Jonas e seus pais dedicam-se a bovinocultura leiteira, tendo 21 vacas em lactação, produzindo de 10 a 12 mil litros por mês. Em seu projeto produtivo, Jonas experimenta uma nova pastagem em uma área da família, com o objetivo de aumentar a produção de leite.

Augusto, 16 anos, cursando ensino médio, declara: “O principal motivo é o amor e a paixão pela agricultura, aí depois vem a sucessão familiar e a qualidade de vida”. Ele reside no município de São Martinho, onde a família dedica-se exclusivamente a produção de grãos, especialmente a produção de soja.

Juliano, 16 anos, cursando o técnico em agropecuária, afastou-se da atividade quando foi estudar em regime de internato. Sua família possui três estufas com 32 000 pés de morango, no município de Tenente Portela, e Juliano demonstra ter interesse em retornar: “Pretendo voltar e administrar o trabalho com morangos e continuar sendo os maiores produtores da região. ”

A jovem Luana, de 15 anos, está iniciando o ensino médio e se mostra reflexiva com a importância da agricultura, talvez influenciada pelas mídias, mas na prática demonstra grande maturidade e responsabilidade com a família, trabalhando lado a lado com seu pai na produção de suínos, pois sua mãe tem problemas de saúde e está impossibilitada:

Permanecer na propriedade é algo muito importante para a família e para o jovem. Porque precisamos do AGRO, sem ele não vivemos. A permanência do jovem é muito importante porque se é para tentar começar do zero será muito difícil, e assim você já tem uma baita base na área, então o jovem que conseguir ficar na propriedade e seguir com o AGRO é algo maravilhoso, pois esta é uma profissão que está ficando escassa em vários locais já.

Em sua fala, a jovem Luana demonstra entender o esforço já realizado pelos seus antecessores para construir o conhecimento e o empreendimento na agricultura familiar, e mesmo sendo uma área bem pequena, de 6 hectares (uma parte de lote que é de seu avô), a jovem representa a terceira geração que está desenvolvendo a atividade neste lugar. Atualmente, a família se dedica a atividade de suinocultura integrada e a produção de autoconsumo.

Suzana, de 15 anos, sobrinha de Amanda, quando questionada sobre o motivo de ter a intenção de permanecer na agricultura e meio rural, ela afirma: “ Porque no interior o ar é mais

puro, a alimentação é mais saudável, menos correria no dia a dia, o ambiente é tranquilo, as pessoas são mais felizes, poder determinar seu horário de trabalho, não ter agitação como é na cidade”.

Os jovens nesta faixa etária em geral têm feito afirmações semelhantes, como o Michel, de 15 anos, do município de Miraguaí: “ Eu vou ficar no campo porque gosto de trabalhar com animais e lavoura. ” Ele e sua família trabalham com bovinocultura e o jovem pretende dar continuidade a produção de leite, melhorando as instalações para a ordenha, inicialmente.

José, de 15 anos, que está cursando o ensino médio, e declara quanto a razão de querer permanecer: “Melhor qualidade de vida e ganhar mais, na cidade você tem que comprar tudo e no interior tu pode plantar o que vai consumir”. José reside em uma pequena propriedade de 10 hectares, de onde duas famílias retiram seu sustento, com a produção de leite oriunda de 23 bovinos de leite, 3 hectares de milho silagem e 5 hectares de pastagem. Em seu projeto produtivo, José pretende investir na produção de peixes, iniciando a limpeza de um pequeno açude que já existe na propriedade, para desta forma aprender na prática a trabalhar com a piscicultura.

Para Francisco, de 15 anos, que estava finalizando o ensino fundamental:

Eu acho que o principal motivo de um jovem rural permanecer no campo é por dar uma continuidade na propriedade e no trabalho familiar. Trabalhamos com animais para o nosso próprio consumo (bovinocultura de corte, suinocultura, avicultura de corte e postura), nossa atividade predominante na família sempre foi produção de grãos (aveia, trigo, milho e soja), onde entregamos tudo em cooperativas do município.

Para Francisco, parece muito natural esta continuidade, e a tradição de sua família na produção de grãos levou o jovem a desenvolver um projeto produtivo sobre horta doméstica, investindo assim na produção de alimentos para o autoconsumo.

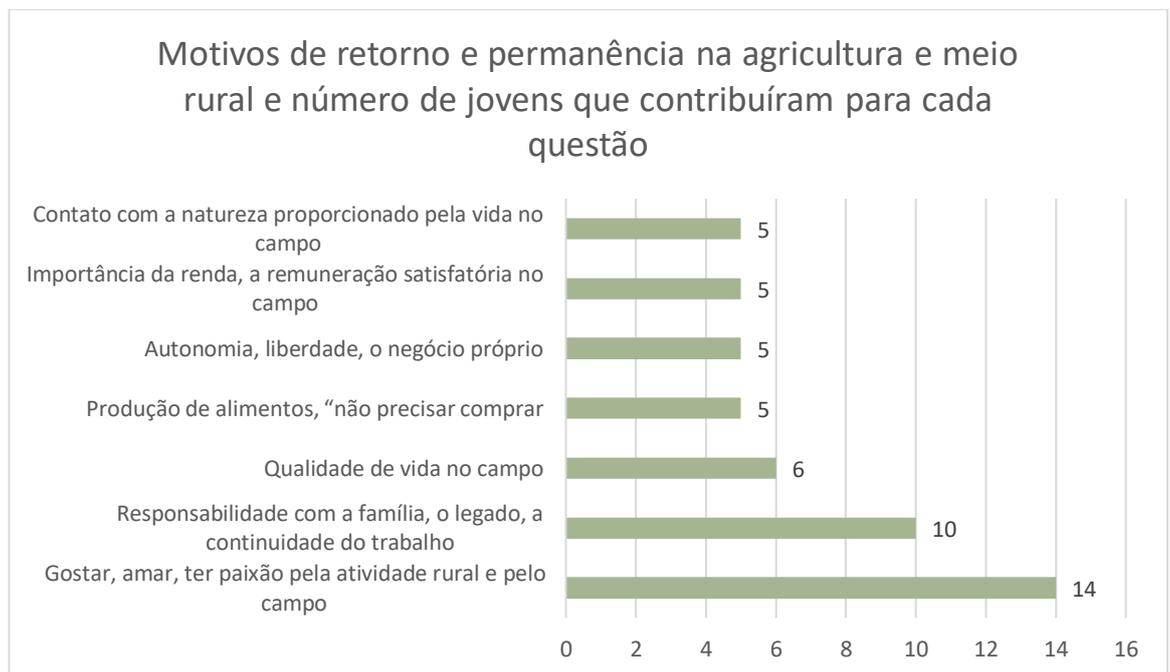
Laura, de 15 anos, iniciando seus estudos no ensino médio, responde com muita simplicidade quando foi questionada sobre o motivo de permanecer na agricultura: “Para ter sucessão rural”. A jovem reside com a família em parte de um lote do avô. A família tem na fruticultura sua principal fonte de renda. A produção de pêssegos em cerca de 1 hectare, com 80 pés, é a principal cultura implantada e com grande conhecimento pela família. A propriedade também produz laranjas e figos, sendo que a família ocupa menos de 10 hectares do lote do avô paterno, no município de Três Passos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se uma uniformização das afirmativas dos jovens, buscando uma aproximação dos motivos de retorno e permanência, sendo que quatorze jovens citaram o gostar, amar, ter paixão pela atividade e pelo campo, pelas atividades rurais; dez jovens citaram a responsabilidade com a família, o legado, a continuidade do trabalho; seis jovens fizeram referência a qualidade de vida no campo; cinco jovens pontuaram entre os motivos a produção de alimentos, “não precisar comprar”; cinco jovens alegaram a liberdade, o negócio próprio; três jovens referiram a importância da renda, a remuneração satisfatória no campo e por fim; dois jovens destacaram o contato com a natureza proporcionado pela vida no campo.

Conforme o número de vezes que foram citados, no gráfico abaixo foram agrupados estes motivos, mostrando aqueles que mais foram apresentados pelos jovens em suas afirmativas e reflexões, para o retorno, permanência ou “ida” para o meio e atividade rural.

TABELA 3 - Razões de retorno e permanência



É interessante observar que as respostas apresentadas pelos jovens a questão que lhes foi proposta foram bastante homogêneas e vieram com muita naturalidade. Embora alguns, especialmente os mais jovens, não demonstrassem tanta convicção em suas afirmativas, era possível perceber sua sinceridade, o que leva a próxima dedução: De que os jovens, concordando com Carneiro (...) se dividem entre o desejo de ficar, e dar continuidade ao legado das gerações anteriores, e o de sair e construir vidas mais individualizadas em outros lugares.

Quase sempre a segunda opção está ligada a jovens que se originam de famílias menos capitalizadas, nesta pesquisa. E finalmente a hipótese inicial da pesquisa se confirma, pois, os jovens demonstram que a identificação com a atividade e o meio rural é o maior motivo de retorno e permanência dos jovens no campo: o gostar, o amar o que se faz, todos os dias, como disse um deles.

Um aspecto muito importante percebido entre os jovens é o caminho da educação formal buscado por eles. A grande maioria está estudando, muitos graduados em cursos ligados à área agropecuária ou de gestão, confirmando a tendência de que na atualidade, para desenvolver qualquer atividade, é necessária a qualificação, a profissionalização do trabalho. Entre eles, sete (7) jovens estão cursando ou formados no ensino superior, todos na área agropecuária ou de gestão, três (3) estão cursando o técnico em agropecuária e técnico em administração e os demais estão ingressando, cursando ou concluíram o ensino médio.

Com a ampliação da oferta de cursos na região, através das escolas técnicas estaduais, dos institutos federais, da ampliação das universidades federais e também a oferta da modalidade de cursos a distância, tornou-se possível para muitos jovens o ingresso no ensino superior. Embora esta análise não estivesse prevista na pesquisa, por sua importância é trazida também neste momento, para reflexão do importante papel da educação formal no retorno e permanência de jovens no campo. Os jovens que retornam e ficam no campo estão estudando, buscando maior especialização em sua área de atuação.

Observou-se que onde tem sucessão rural, tem investimentos familiares, tem diálogo entre gerações, tem busca por alternativas e ampliação da renda, tem inovação tecnológica, tem mudanças, tem novidades. Existe um esforço familiar em encontrar o lugar de ser e existir do jovem na produção agropecuária, seja na continuidade das atividades que já estão consolidadas nas propriedades, seja no investimento de uma nova proposta, que se encaixe no perfil de trabalho e empreendimento do jovem que está “entrando no negócio” da família.

Nesta pesquisa, o número de jovens homens foi um pouco maior do que as jovens mulheres que voltam ou permanecem no rural. Mas ficou bastante claro que aquelas que ficam buscam maior qualificação e o “papel principal” na atividade escolhida. Elas se colocam em pé de igualdade nas atividades da propriedade, ou mesmo desenvolvem sozinhas atividades outrora consideradas “masculinas”. Para isso, percebeu-se que recebem incentivo de seus pais, namorados, companheiros, da sua família, para estar no lugar de comando, ou gestão, ou de responsabilidade em alguma atividade específica. Também é possível perceber que com isso ocorre uma sobrecarga no trabalho, a exemplo da problemática enfrentada pelas mulheres da cidade também, que absorve muito de seu tempo, como se observou em uma das atividades, a

“rotina da família”. A maioria dos jovens demonstra o interesse de construir suas próprias famílias, o que foi escrito por muitos na atividade “linha do tempo”.

Desta forma reflete-se que a pesquisa alcançou seus objetivos, quanto a descobrir os motivos de retorno e permanência dos jovens no espaço rural, destacando-se a primeira hipótese que era da identificação com a atividade rural, o que se comprovou nas respostas dos jovens. A renda e a autonomia também ficaram evidentes como um fator imprescindível, e também o comprometimento familiar e o diálogo entre as gerações.

Quanto ao cenário desta juventude, percebeu-se a terra como fator óbvio, mas necessário ser citado, de permanência. E os estudos, a qualificação profissional se mostrou evidência concreta entre os que ficam. As mulheres estão em menor número e os jovens que ficam possuem diálogo familiar, incentivo da família para realizar a sucessão rural.

Quanto a metodologia, conforme estava escrito, seriam acompanhados jovens participantes do Curso de Empreendedorismo e Desenvolvimento para a Juventude Rural, portanto as atividades realizadas durante o curso contribuíram para as reflexões e construções das análises da pesquisa.

As contribuições da ciência geográfica se deram principalmente nas reflexões e construções quanto ao conceito de território e região, que muito se destacaram na pesquisa e contribuíram para o entendimento da realidade vivenciada pelos jovens rurais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. (Coord.). **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998. Disponível em: <http://unesco.unesco.org>. Acesso em 10 de jun. 2016.

ALTMANN, R. (Coord). **Perspectivas para a agricultura familiar**. Horizonte 2010. ICEPA: Florianópolis, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, NBR 15287:2011. **Informação e documentação – Projeto de Pesquisa – Apresentação**. disponível em <http://www.uniararas.br/revistacientifica/documentos/ABNT-NBR-15287-2011.pdf>. Acesso em 07 de jun. 2022.

_____. **NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação**. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

BERTÊ, A.M.A., LEMOS, B.O., TESTA, G., ZANELLA, M.A.R., OLIVEIRA, S.B. **Perfil Socioeconômico - Corede Celeiro**. Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 26, p.146-181, 2016.

BRASIL. Lei 12852/2013. **Dispõe sobre o Estatuto Da Juventude. Dos direitos e das políticas de juventude**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em 14 de abril de 2021.

_____.Lei 11.326/2006. **Lei da Agricultura Familiar**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11326-24-julho-2006-544830-norma-pl.html> . Acesso em 14 de abr. 2021.

BRASILEIRO, L.A.M. **A relevância do enfrentamento da invisibilidade social das juventudes do sertão central cearense em contexto de conflito ambiental**. Revista Rural & Urbano, Recife. v. 01, n. 01, p. 83-88, 2016.

BRUMMER, Anita. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade**. IN: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Org.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/a-problematica-dos-jovens-rurais-na-pos-modernidade-artigo.html>. Acesso em 15 Set. 2022.

CARNEIRO, Maria José. **O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais**. In: TEIXEIRA DA SILVA, F. C. SANTOS, R. COSTA, L.F.C. (orgs.) Mundo Rural e Política. Rio de Janeiro, Ed.Campus/Pronex, 1998.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre fica e sair: uma etnografia da construção da categoria jovem rural**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, 2005.

CAVALIERI, Lúcia. **Migração e reprodução social: tempos e espaços do cortador de cana e de sua família.** Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. **A estância metarfoseou-se: (re)configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na campanha gaúcha (1990-2007).** Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

COMIN. SEMANA DOS POVOS INDÍGENAS – 2003. **Parentes e amigos unidos pela reconstrução da vida: A natureza como fonte e parceira do povo.** COMIN, São Leopoldo, RS, 2003.

COTRIM, D. S.; GARCEZ, M. L. A. **Litoral Norte do Rio Grande do Sul: sob a perspectiva de diferenciação e evolução dos sistemas agrários (impresso), 2007.**

DAVID, Cesar De. **Estratégias de reprodução familiar em assentamentos: Limites e possibilidades para o desenvolvimento rural em Canguçu – RS.** Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

_____. **Antropologia das populações rurais [recurso eletrônico].** 1º ed. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, UAB, 2017. *E-book*.

EMATER/RS-ASCAR. **Plano de Trabalho do Curso de Empreendedorismo e Desenvolvimento para juventude rural.** Centro de Treinamento de Bom Progresso/RS. 2022. (impresso).

ESCHER, Isabel Cristina. **A revisão de literatura na construção do trabalho científico.** Revista gaúcha de enfermagem. Porto Alegre. Vol. 22, n. 2 (jul.2001), p. 5-20.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Plano estratégico de desenvolvimento regional do Corede Celeiro do Rio Grande do Sul. 2015-2030.** Corede Celeiro: Três Passos, 2017. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/11104701-plano-celeiro.pdf>. Acesso em 07 Ago 2022.

_____. **Perfil socioeconômico do Corede Celeiro.** Secretaria de Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. Departamento de Planejamento Governamental: Porto Alegre, 2015.

_____. **LEI 11.361/1999.** Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/11.pdf>. Acesso em 07 Ago 2022.

_____. **Ocupação do território.** Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/ocupacao-do-territorio>. Acesso em 08 de jun. 2022.

_____. **Dinâmicas territoriais recentes no Estado do Rio Grande do Sul.** ANTONIO PAULO CARGNIN. ANA MARIA DE AVELINE BERTÊ; BRUNO DE

OLIVEIRA LEMOS; SUZANA BEATRIZ DE OLIVEIRA (coord.) - Porto Alegre: FEE, 2014. v: il. – (RS 2030: agenda de desenvolvimento territorial).

FEITOSA, L. C. DA; ARANHA, P. R. A “**cegueira geográfica**” na construção das políticas públicas regionais e territoriais brasileiras. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais, v.22, e202018, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeur/a/KPQJqwmkchXYdKRxZX9SBrz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em jan. 2022.

FERREIRA, L. R. **Reflexões sobre o planejamento territorial no noroeste do estado do Rio Grande do Sul**. Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 34, p. 27-51, jul./dez. 2019.

FIGUEIRÓ, Adriano Severo. **Transformações na paisagem do Pampa: a territorialização do capital e a monopolização do território**. In: WIZNIEWSKY, C. R. F.; FOLETO, E. M. Olhares sobre o Pampa [recurso eletrônico]: um território em disputa. Porto Alegre: Evangraf, 2017.

FREIRE, P. **Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazer a melhor através da ação**. in: BRANDÃO, C. R. (Org.). Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 34-41.

GEORGE, Pierre. **Os métodos da geografia**. São Paulo, SP: Difusão Européia do Livro, 1972, 119 p.

GRISA, C; SCHNEIDER, S. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil**. Revista de economia e sociologia rural. v. 52. n.1. Piracicaba, SP: 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/rVgHTgTzPC9WdsndRqMPtmf/>. Acesso: 10 de Jan. 2022.

HAESBAERT, R. **Des-caminhos e perspectivas do território**. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2021. p. 87-120.

IBGE. **Normas de apresentação tabular**. 3. ed. Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv23907.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2021.

_____. **População jovem no Brasil**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/9292-populacao-jovem-no-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em 14 de Abr. 2021.

LAMARCHE, H. (Coord). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Unicamp, 1998. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/621483/mod_resource/content/3/LamarCHE%20introdu%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em 22 Fev. 2022.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MELLO, M. A. DE; ABRAMOWAY, R.; SILVESTRO, M. L.; DORIGON, C.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. **Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar**. São Paulo, SP, 2003.

MIGUEL, L. A. M. (org). **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. UFRGS. – 2. ed. rev. e ampl. – dados eletrônicos. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. 212 p. ; pdf (Série Ensino, aprendizagem e tecnologias) Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad102.pdf>. Acesso em 22 Fev. 2022.

MIRANDA, Regina da Silva (Coord.). **Guia prático das ações sociais da Emter/RS – Ascar**. Porto Alegre: Emater/RS – Ascar, 2014. 134 p.

PELISSON, Guilherme Valagna. **As alternativas da agricultura familiar como estratégias de manutenção e permanência no espaço rural do município de Tabuapã, SP, nas sucessivas expansões das monoculturas de café, laranja e cana-de-açúcar**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Geografia. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

PESSETI, M.; GOMES, L. C. **Região e Regionalização no Rio Grande do Sul**. Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 36, p. 57-80, 2020.

PESSÔA, V. L. S.; RAMIRES, J. C. de L. **Amostragem Em Pesquisa Qualitativa: Subsídios Para a Pesquisa Geográfica**. *Pesquisa Qualitativa Em Geografia: Reflexões Teórico-Conceituais e Aplicadas*, edited by Vera Lúcia Salazar Pessôa et al., SciELO – EDUERJ, 2016, pp. 117–34. *JSTOR*, <http://www.jstor.org/stable/10.7476/9788575114438.10>. Accessed 15 Jun. 2022.

_____. **Pesquisas qualitativas: referências para pesquisa em geografia**. In: MARAFON, G.J., RAMIRES, J.C.L, RIBEIRO, M.A., and PESSÔA V. L.S., comps. *Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas* [online].

_____. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013, pp. 22-35. ISSN 978-85-7511-443-8. <https://doi.org/10.7476/9788575114438.0003>. Acesso em 17 Dez. 2022.

PORCH, Juliano. **Saberes da natureza e conhecimento etnobotânico indígena: o caso da comunidade kaingang na Terra Indígena do Guarita**. Trabalho de Conclusão. Curso de Graduação em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural. Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/52340/000821848.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 14 Out. 2022.

RIBEIRO, C. M. **Desenvolvimento: uma discussão a partir da abordagem de Amartya Sen**. Porto Alegre: UFRGS/PGDR, 2005. P. 90-103 (Monografia).

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 3ª ed. São Paulo: Livros Studio Nobel, 1992. Acesso em: 16 Jun. 2022.

_____. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo, SP, 2006. Disponível em:

<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/1799/A%20natureza%20do%20Espa%C3%A7o.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 22 Out. 2022.

_____. **O retorno do território.** In: SANTOS, M et al. (Orgs.): Território: Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, p. 15 – 20, 1994.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **O espaço do cidadão.** 7. ed. São Paulo: EdUSP, 2007.

SAVIAN, Moisés. **A sucessão geracional na agricultura familiar de Ponta Alta-SC.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SCHNEIDER, Sérgio. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas.**

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** Companhia das Letras. Tradução: Laura Teixeira Motta. Revisão técnica. Ricardo Doninelliii Mendes. São Paulo, Companhia das Letras: 2000. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/19539/mod_resource/content/2/CHY%20-%20Sen%20-%20Aula%208.pdf Acesso em 22 Fev. 2022.

_____. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

SERPA, A. **O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórica-metodológica.** In: Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, nº 84, p. 7-24, 2006.

SILVA, V. C. **Juventude Rural.** In: MIRANDA, Regina da Silva (coord). Guia prático para as ações sociais da Emter/RS – Ascar, 2014. p. 29-39.

SILVA, Vera Terezinha Carvalho. **O jovem rural como ator principal para a construção de um novo modelo rural, promovendo um espaço de qualidade de vida, sustentabilidade social e ambiental.** Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2007. Disponível em: <http://osgeydel.cebem.org/docs/19bra_431_204354.pdf>. Acesso em 02 Fev. 2012.

SOARES, Luiz Eduardo. Simpósio 7 – psicologia e políticas públicas: a função social do estado. **O drama da invisibilidade.** In GUARESCHI, N., org. Estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo (on line). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p 197-207. Dispnível em: <https://books.scielo.org/id/hwhw6/pdf/guareschi-9788599662908-16.pdf>. Acesso em 23 Fev. 2023.

TIOLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** Cortez: São Paulo, 1985.

UFSM. Universidade Federal de Santa Maria. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. **Manual de dissertações e teses da UFSM [recurso eletrônico]: estrutura e apresentação documental para trabalhos acadêmicos/Universidade Federal de Santa Maria.** Pró-

Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Bibliotecas da UFSM, Editora UFSM. – Santa Maria, RS: Ed. UFSM, 2021. 1 e-book : il.

UNESCO. **Juventude no Brasil.** Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/youth-brasil>. Acesso em 14 Abr. 2021.

WEISHEIMER, Nilson. **Situação juvenil e projetos profissionais de jovens agricultores familiares do Recôncavo da Bahia.** Estudos Sociedade e Agricultura, 2019. vol 27. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA27-1_situacao_juvenil/ESA27-1_situacao_juvenil_HTML. Acesso em 14 Abr. 2021.

_____. **Sobre a invisibilidade social das juventudes rurais.** n.º.1. Densidades, 2013.

_____. **A situação juvenil da agricultura familiar.** Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ZORZI, Analisa. **Transmissão da propriedade: uma etapa da reprodução social na agricultura familiar.** Porto Alegre. Departamento de Sociologia, UFRGS, 2005. (Trabalho de conclusão de curso de Ciências Sociais).

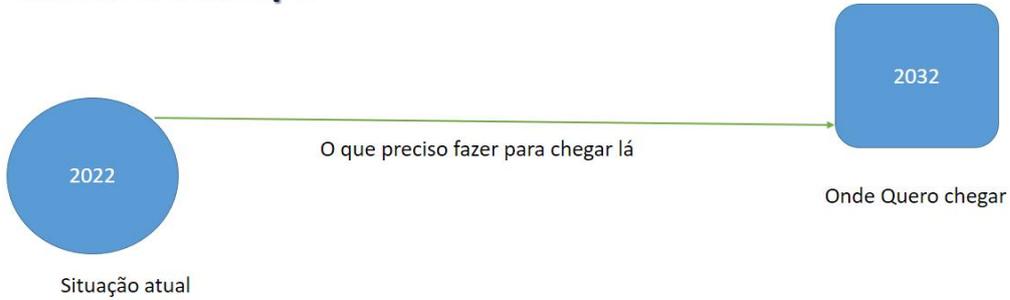
ANEXOS

ANEXO A - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

1. Município
2. Idade
3. Sexo
4. Escolaridade
5. Número de moradores da propriedade
6. Número de hectares da propriedade
7. Quem faz a gestão financeira da propriedade
8. Quem faz qual tarefa na rotina familiar
9. Qual o papel do jovem na propriedade
10. Como o jovem se enxerga na atividade rural, no meio rural, na sucessão rural
11. Qual o papel da família no contexto da sucessão rural
12. Qual a matriz produtiva da propriedade
13. Quais as três principais fontes de renda da família e seu percentual na composição do orçamento familiar
14. A família trabalha com produção de grãos
15. A família trabalha com produção de leite
16. A família trabalha com outras atividades agrícolas ou não agrícolas, quais?
17. Pretende continuar no meio rural?
18. Porque?
19. Motivos para permanecer no rural.

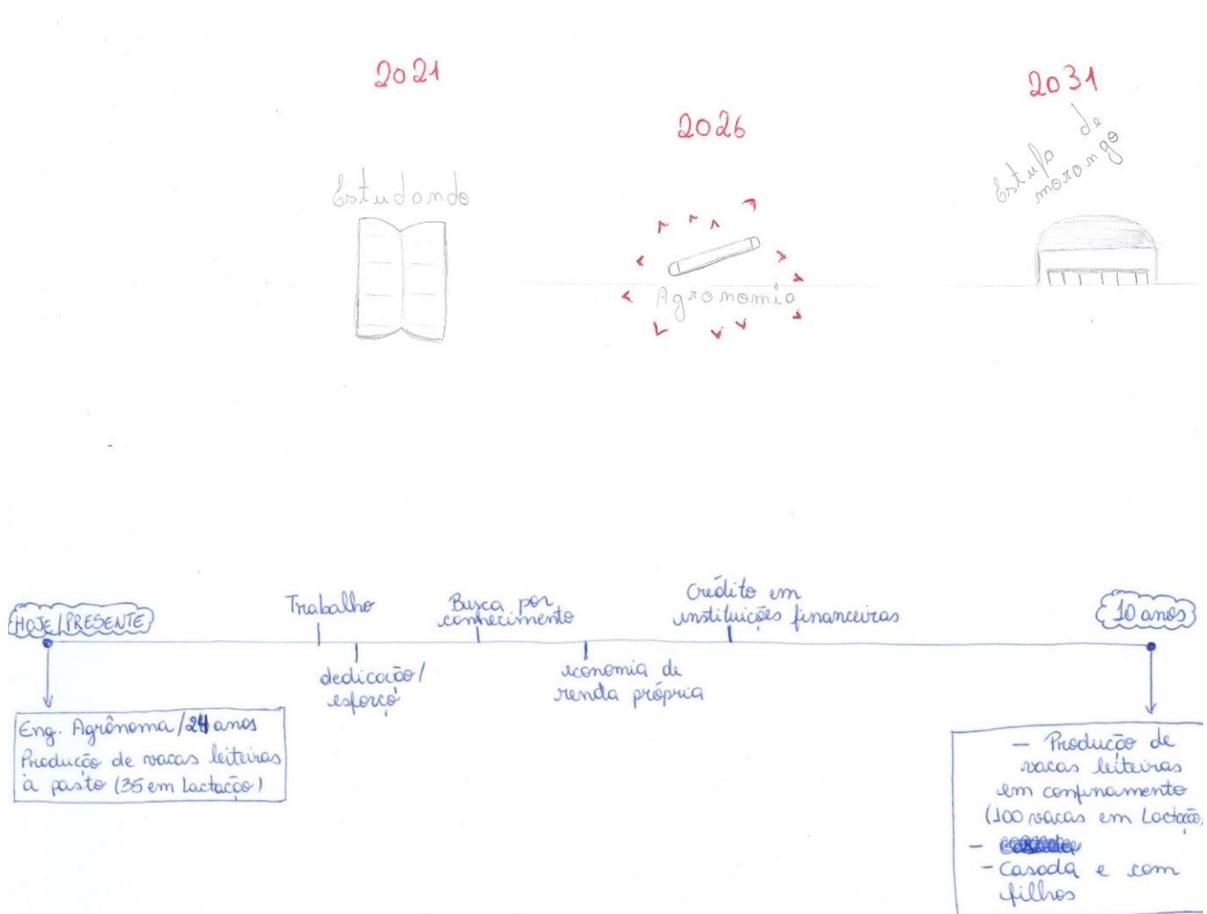
ANEXO B - ATIVIDADE LINHA DO TEMPO

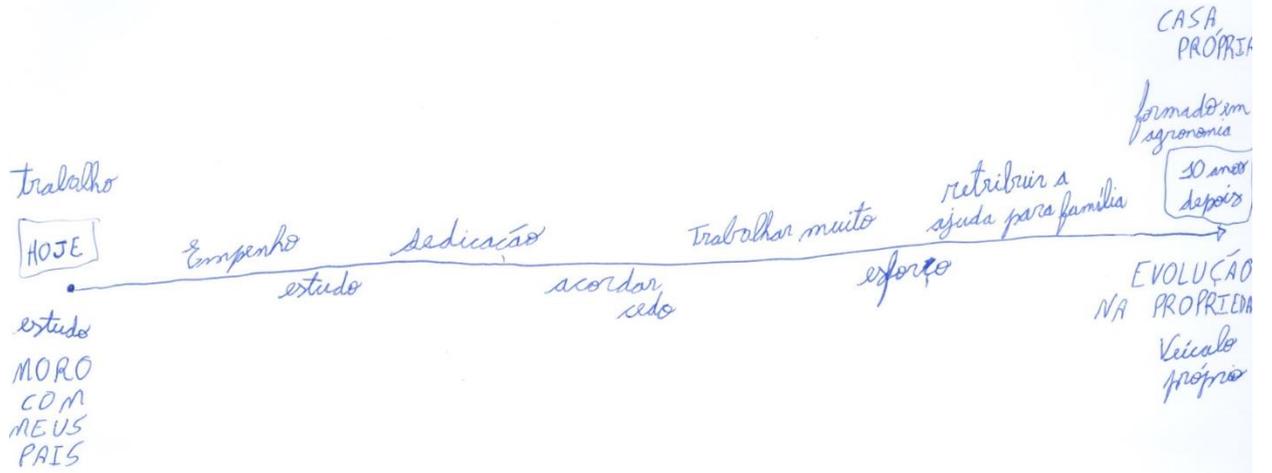
Linha do tempo



Fonte: Curso Empreendedorismo e Desenvolvimento para a Juventude Rural

FIGURAS 8, 9 e 10 - Linha do Tempo realizadas por alunos do curso





Fonte: EMATER/RS – ASCAR - Curso Empreendedorismo e Desenvolvimento para a Juventude Rural

ANEXO C - ATIVIDADE RESGATE DA HISTÓRIA

Pesquisar para trazer por escrito para o Módulo II Data: _____/_____/_____

Nome: _____

Resgate da história

Avós _____

Pais _____

Você _____

1. Avós (pai e mãe)

De onde vieram; quando nasceram _____

Profissão: o que eles plantavam e para quem vendiam, o que compravam, qual era a base da alimentação _____

Grau de estudo _____

Número de irmãos _____

Como era definida a sucessão: erro o filho mais velho, o mais novo; quem assumia. A herança era dividida igualmente, filho homem e filha mulher recebiam as mesmas coisas.

2. Pais:

Idade _____

Profissão. O que plantam, para quem vendem, o que compram, qual a base da alimentação.

Grau de estudo

Número de filhos (irmãos)

Como era definida a sucessão: era o filho mais velho, o mais novo; quem assumia, a herança era dividida igualmente, filho homem e filha mulher recebiam as mesmas coisas?

3. Você

Qual a tua formação

Principal atividade

Que expectativa você tem para teu futuro e da agricultura? Onde você quer chegar? Qual a tua visão de futuro?

ANEXO D - ATIVIDADE ROTINA DIÁRIA

Tema: a descrição de atividades dos membros da família específico ajuda a colocar em evidência a sua distribuição, torna visível o trabalho que desempenha cada membro da família e permite compreender a dinâmica das relações sociais de gênero, o apoio mútuo, os esforços de uns e outros, o intercâmbio e também os conflitos.

Objetivo: visualizar a divisão de trabalho entre homens e mulheres. Contribuir para a valorização do trabalho da mulher.

Tempo: 1-2 horas.

Materiais: 2 pedaços grandes de papel, tarjetas, pincéis, giz de cera.

Figura 11

Lavar e passar roupas	X	X			
Cuidar das vacas	X	X	X		X # finais de semana
Alimentação das vacas	X				
Alimentação das leitões	X		X		
Lavar o café		X			
Lavar equipamentos da escola		X			
Levar para escola					X
Higiene galinhas leguminas			X		
Lavar as vacas p/ o pasto	X		X		X # finais de semana
Tratar porcos e galinhas	X				
Limpar a casa		X	X		X # finais de semana
Fazer almoço		X	X		X # finais de semana
Lavar e secar roupa			X		X # finais de semana
Arrumando as roupas culturais	X		X		
Cultivo das cinsas	X		X		
Limpando do pátio		X			
Lavar e passar roupa		X			
Manutenção de cercas	X				
Alimentação das vacas	X				
Alimentação leguminas	X		X		
Cuidar das vacas	X	X	X		X # finais de semana
Fazer Janta		X			
Pagar as contas do mês		X	X		

Fonte: EMATER/RS – ASCAR, Curso Empreendedorismo e Desenvolvimento para a Juventude Rural

**ANEXO E – PLANO DE TRABALHO CURSO EMPREENDEDORISMO E
DESENVOLVIMENTO PARA A JUVENTUDE RURAL**

Emater/RS – Ascar

Centro de Treinamento de Agricultores de Bom Progresso/RS

**Curso de Empreendedorismo e
Desenvolvimento para juventude rural**

Plano de Trabalho

1. Identificação do projeto

Capacitar em Empreendedorismo e Desenvolvimento para a Juventude Rural do Rio Grande do Sul, através de curso proposto pela EMATER/RS-ASCAR, através do Centro de Treinamento de Bom Progresso/RS, buscando contribuir na construção de possibilidades de permanência dos jovens no meio rural para serem protagonistas e empreendedores do processo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental, reforçando perspectivas de sucessão rural.

2. Identificação da entidade proponente

Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural-
EMATER/RS-ASCAR.

Endereço: Rua Botafogo nº 1051

Bairro Menino Deus

CEP: 90150-053

Porto Alegre/RS

Responsáveis pelo Projeto:

Extensionista Rural da Emater/RS-Ascar, responsável técnica regional na área de Juventude Rural – Geógrafa, pós-graduada em Gestão de Cooperativas; Mestranda em Geografia – Isabel Vanessa Robaert de Souza.

Extensionista Rural da Emater/RS-Ascar - Engenheira de Alimentos, pós-graduada em Biotecnologia de Alimentos e em Desenvolvimento Rural; Mestre em Biotecnologia de Alimentos Rejane Carla Gollo Fornari.

3. Apresentação

A EMATER/RS-ASCAR, empresa responsável pelo serviço oficial de assistência técnica e extensão rural no Rio Grande do Sul, com o intuito de contribuir para o fortalecimento da agricultura, da geração de renda, sucessão rural e para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, incentiva e apoia ações na área de empreendedorismo e desenvolvimento de jovens rurais. Através desta ação, a EMATER/RS-ASCAR pretende oferecer formação técnica.

4. Objetivo Geral

Organizar e disponibilizar qualificação para jovens rurais contribuindo na construção de possibilidades de permanência dos jovens no meio rural para serem protagonistas e empreendedores do processo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental, reforçando perspectivas de sucessão rural.

Objetivos Específicos

1. Proporcionar espaços de construção do conhecimento e desenvolvimento pessoal e profissional buscando aperfeiçoar suas atividades nas unidades de produção familiar.
2. Assessorar os (as) jovens na elaboração, implantação e execução de projetos de atividades agropecuárias nas unidades de produção familiar.
3. Oferecer acompanhamento técnico as propriedades dos jovens que realizarem o curso.

4. Estimular o reconhecimento e envolvimento dos jovens nos espaços comunitários onde a família está envolvida

5. Metodologia

A EMATER/RS-ASCAR, através da gerência técnica estadual será responsável pela disponibilização dos cursos, bem como os diversos centros de Treinamento do estado, sendo que na região de Ijuí será de responsabilidade do Centro de Treinamento de Bom Progresso/RS (CETREB).

O curso será efetuado de forma presencial, sendo uma parte no Centro de Treinamento e outra na propriedade dos jovens participantes do curso.

O curso de Empreendedorismo e Desenvolvimento rural para Juventude Rural fará uso dos seguintes recursos:

Sala Presencial - Os jovens participantes deverão assistir aula presencial teórica no Centro de Treinamento de Bom Progresso. Dessa forma haverá interação entre o grupo de jovens, os extensionistas rurais que estarão presentes e demais parceiros caso venham a participar.

Textos - O curso contará com uma apostila, onde os instrutores discorrerão sobre o tema. Além disso, podem ser disponibilizados materiais complementares para leitura, como artigos, livros, e-books, indicação de vídeos, entre outros.

Vídeoaula - Eventualmente poderá ser, disponibilizados vídeos aulas, podcast ou outro material informativo virtual.

Projeto Produtivo - Ao final de cada módulo o instrutor disponibilizará questões para serem avaliadas na propriedade do jovem com o objetivo de auxiliar na construção do projeto produtivo que o aluno deverá realizar na propriedade durante o curso.

Os jovens, junto com suas famílias assumirão responsabilidades na elaboração de projetos individuais e/ou familiares ou ainda comunitários, levando em consideração os aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais através dessas vivências, de experimentação e ou de troca de experiências, o qual terá assessoramento técnico dos extensionistas da Emater/RS-Ascar e técnicos das instituições parceiras, através de orientações, visitas técnicas e projetos de crédito para obtenção dos recursos necessários.

Visitas técnicas - Para identificação das prioridades serão realizadas visitas às famílias dos (as) jovens candidatos aos cursos pelo (s) extensionista (s) do escritório municipal, com o preenchimento da ficha de inscrição disponibilizada.

A visita também tem o objetivo de auxiliar na construção dos temas, conteúdos e materiais que serão trabalhados no curso. Posteriormente irão auxiliar na construção do projeto produtivo.

Encontro, Dia de Campo e/ou Excursão - No decorrer do curso será avaliado a necessidade e a possibilidade da realização de dia (s) de campo ou excursões, que deverão ocorrer dentro das microrregiões de abrangência do curso. Local e tema a ser abordado será definido no decorrer do curso.

Grupo de WhatsApp - Para cada turma será criado um grupo no WhatsApp, que tem por objetivo aproximar os alunos e instrutores e facilitar a troca de informações e a resolução de eventuais problemas.

6. Número de participantes:

Para facilitar a interatividade o número de participantes será no máximo 5 e mínimo 3 jovens por município, também contará com a participação de um extensionista rural da Emater/RS-Ascar por município participante e demais parceiros convidados, sendo o máximo 20 jovens por turma.

7. Carga Horária

O curso se desenvolverá, mesclando aulas teóricas e atividades práticas, desenvolvido em 7 módulos.

Nº	Atividade	Carga horária	Total
Aulas teóricas	5 encontros	16h cada encontro	80h
Visitas técnicas de acompanhamento com extensionistas rurais	4 visitas	4 horas	16 horas

Excursão de troca de experiência entre os jovens da microrregião de abrangência do curso	1 encontro/ excursão	8 horas	8horas
Dia de campo	2 dias de campo	8 h cada	16 horas
		Total	120h

*Encontro técnico/excursão: Essa atividade poderá ser substituída por outra, caso não seja possível fazê-la.

8. Resultados esperados/competências a serem desenvolvidas

Segundo Weisheimer (2005) e outros autores como Carneiro (1998), Abramoway (1999), Mello (2003), Zorzi (2005), Brumer (2000), as relações entre os jovens e suas famílias são de suma importância no contexto de permanência ou não no campo pois a medida que esse jovem começa a ser valorizado pelo seu trabalho ou quando obtém um rendimento próprio para cobrir seus gastos pessoais, maior é a possibilidade dele se manter no meio rural.

É necessário oportunizar aos jovens rurais formas de qualificação que oportunizem crescimento pessoal e profissional, para que tomem decisões sobre o que acham ser o mais importante para suas vidas. Busca-se uma qualificação com olhar para a juventude em toda sua complexidade em relação aos aspectos sociais, culturais, ambientais e tecnológicos.

Espera-se que o curso de Empreendedorismo e Desenvolvimento para Juventude rural contribua na construção de possibilidades de permanência dos jovens no meio rural, enquanto protagonistas e empreendedores do processo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental, reforçando perspectivas de sucessão rural.

O curso prioriza a participação ativa dos jovens com incentivo ao diálogo e a conciliação da parte teórica com a prática, tendo por premissa o aprender a fazer fazendo e entendendo e também compartilhado com os pais, fortalecendo o diálogo intrafamiliar.

As linhas temáticas a serem trabalhadas com os jovens serão: políticas públicas, contextualização da temática juventude rural, desenvolvimento rural sustentável; juventude rural e agricultura familiar – jovem agricultor, participação no processo de desenvolvimento

local; educação ambiental; protagonismo e empreendedorismo; atividades produtivas inerentes a vocação e potencialidades da região/localidade, temáticas relacionadas a saúde, alimentação (segurança alimentar e nutricional) e qualidade de vida da juventude, formas organizativas e associativismo; mercado e comercialização; comunicação e uso de ferramentas virtuais. As habilidades específicas são relacionadas a atividades produtivas das unidades de produção familiar, conforme a demanda e necessidades apresentadas pelos jovens.

9. Público-alvo

Jovens Rurais, extensionistas rurais da Emater/RS-Ascar e representantes das instituições parceiras.

10. Área de abrangência

O curso poderá ser realizado por qualquer jovem entre 15 e 29 anos, residente nos municípios pré-determinados pelo Escritório Regional da Emater/RS-Ascar de Ijuí e parceiros.

11. Participação do aluno

A participação do aluno será monitorada a partir da resolução das tarefas propostas e participação nas discussões, bem como a presença nas aulas.

12. Certificação

Os certificados de participação no curso serão fornecidos através do centro de treinamento de Bom Progresso – CETREB, após o término de todas as atividades.

13 Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. (Coord.). Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998. Disponível em: <http://unesco.unesco.org>. Acesso em 10 de junho de 2016.

BRUMMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. IN: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Org.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/a-problematica-dos-jovens-rurais-na-pos-modernidade-artigo.html>

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, F. C. SANTOS, R. COSTA, L.F.C. (orgs.) Mundo Rural e Política. Rio de Janeiro, Ed.Campus/Pronex, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (IBGE). População jovem no Brasil. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/9292-populacao-jovem-no-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em 14 de abril de 2021.

MELLO, M. A. DE; ABRAMOWAY, R.; SILVESTRO, M. L.; DORIGON, C.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M.; Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. São Paulo, SP, 2003.

WEISHEIMER, N. – Juventudes rurais: mapas de estudos recentes – Editora IICA, 2005.

ZORZI, Analisa. Transmissão da propriedade: uma etapa da reprodução social na agricultura familiar. Porto Alegre. Departamento de Sociologia, UFRGS, 2005. (Trabalho de conclusão de curso de Ciências Sociais).